

Administração Pública e Políticas Públicas

MARCEL STANLEI MONTEIRO



UNICEPLAC

Iconografia



Atenção

Indica pontos de maior relevância no texto.



Curiosidade

Curiosidade sobre o assunto ou uma dica de como trabalhar com determinado conceito.



Saiba mais

Oferece novas informações que enriquecem o assunto e notícias recentes relacionadas ao tema estudado.

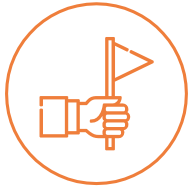


Refleta

Um momento de uma pausa na leitura para refletir/escrever sobre pontos importantes e/ou questionamentos.

Unidade 1

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Habilidades

- Apresentar o contexto que fundamenta a Administração Pública e as Políticas Públicas, suas características e aplicabilidades por parte dos agentes públicos de modo a capacitar, academicamente, o discente na condução de suas atividades na área Pública e Privada
- Conduzir e desenvolver habilidades quanto a formação dos profissionais, gerais e específicas, para a produção de bens e serviços e a gestão estratégica de processos; e
- Promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos



Descritores de desempenho

- Compreender e utilizar os princípios e bases teóricas de Administração Pública e as Políticas Públicas as;
- Executar o processo de estratégias e táticas nas atividades de Administração Pública e as Políticas Públicas
- Utilizar o arcabouço técnico-teórico de Administração Pública e as Políticas Públicas;

Sumário

Unidade 1.....	3
Apresentação da Unidade.....	6
1 Conceitos na Administração Pública.....	6
1.1 Administração Pública Patrimonialista	8
1.2 Administração Pública Burocrática	9
1.3 Administração Pública Gerencial.....	9
1.3.1 Administração Direta (Centralizada).....	10
1.3.2 Administração Indireta (Descentralizada).....	10
2 Papel da Administração Pública na Sociedade Pública	11
3 Significado Político, Social e Econômica da Administração Pública	13
3.1 Princípios Constitucionais da Administração Pública	14
4 Evolução histórica dos estudos de Administração Pública	16
4.1 Serviços Público.....	18
4.2 Deveres da Administração Pública	19
4.3 Poderes da Administração Pública.....	20
4.4 Governo, Políticas e Agentes Públicos	21
4.4.1 Governo.....	21
4.4.2 Políticas	21
4.4.3 Agentes Públicos.....	23
4.4.4 Improbidade Administrativa.....	24
5 Fundamentos da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais.....	24
6 Administração Gerencial.....	26
6.1 Governança	27
6.2 Informação e Gestão do Conhecimento.....	29
6.3 Ética e Responsabilidade Social.....	31
6.3.1 Ética	31
6.3.2 Responsabilidade Social Corporativa.....	32
6.4 Qualidade na Administração Pública	33
Unidade 2.....	35
POLÍTICAS PÚBLICA.....	35
Apresentação da Unidade.....	36
1 Políticas Pública	36
2 O Jogo Político e seu Impacto sobre as Políticas Públicas.....	39
3 Tipos de Políticas Públicas	41
3.1 Políticas Distributivas	43
3.2 Políticas Constitutivas (Infraestrutura)	44
3.3 Políticas Regulamentares (Regulatórias).....	44
3.4 Políticas Redistributivas	44
3.5 Políticas Específicas.....	45

4	Policy cycle (Ciclo de Políticas Públicas).....	46
4.1	Identificação do Problema.....	47
4.2	Construção da Agenda	48
4.3	Formulação de Políticas.....	49
4.4	Processo Decisório	49
4.5	Implementação.....	51
4.6	Avaliação de Políticas Públicas	52
4.6.1	Accountability	53
4.7	Extinção	54
5	Indicadores de Políticas Públicas	54
6	Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo.....	55
6.1	Políticas Públicas Setoriais de Meio Ambiente.....	56
6.2	Políticas Públicas Setoriais de Habitação	56
6.3	Políticas Públicas de Seguridade social	56
6.4	Políticas Públicas de Trabalho e Geração de Renda.....	57
6.5	Políticas Públicas Setoriais de Educação	58
6.6	Políticas Públicas Setoriais de Saúde.....	58
6.7	Políticas Públicas Setoriais de Segurança Pública.....	58
7	Papel dos Três Poderes na Implementação das Políticas Públicas	59
8	O Papel dos Atores no Processo de Políticas Públicas	60
9	Principais Desafios para a Gestão Pública no Brasil e no Mundo	61
10	Responsabilidades de cada ente da Federação quanto às Políticas Públicas	62
10.1	Participação Social.....	63
10.2	Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	63
11	Estado frente às Demandas dos Cidadãos por Novas Políticas Públicas.....	63
11.2	Políticas Públicas do Governo Atual.....	64
	Exercício de Fixação de Conteúdo	65
	Referências	86
	Resposta do Exercício de Fixação	90

Apresentação da Unidade

A disciplina Administração pública Políticas Públicas apresentar o contexto que fundamenta a administração pública, suas características e aplicabilidades de modo a capacitar, academicamente, o discente na condução de suas atividades na área Políticas Pública e Privada. O conteúdo abordado para o desenvolvimento desta disciplina sera de muito valia, pois ela vai lhe oferecer todo um conjunto de informações essenciais para que você possa entender o significado da administração e da Administração pública e como ambas estão inserida no dia a dia das pessoas, das organizações e das instituições.

1 Conceitos na Administração Pública

Administração pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas.

Lopes Meirelles

Hely

É o planejamento, organização, direção e controle dos serviços públicos, segundo as normas do direito e da moral, visando ao bem comum. Nada pode ser politicamente certo se for moralmente errado

Daniel O'Connel

É um dos ramos da Administração que representa o aparelhamento do Estado e funciona como instrumento do governo para planejar, organizar, dirigir e controlar todas as ações administrativas, objetivando satisfazer as necessidades coletivas.

Chiavenato

Administrar é gerir os serviços públicos; significa não só prestar serviço executá-lo, como também, dirigir, governar, exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil”.

Oswaldo Aranha Bandeira de. Mello

Outrossim, supõe, igualmente, que a Administração pública executa o Serviço Público, porque considera indispensável à sociedade a sua existência e, mencionamos, o seu funcionamento.

Ruy Cirne Lima

O interesse público que à Administração incumbe zelar, encontra-se acima de quaisquer outros e, para ela, tem o sentido de dever, de obrigação. É obrigada a desenvolver atividade contínua, compelida a perseguir suas finalidades públicas.

Celso Antonio Bandeira de Mello



Curiosidade

Existe uma íntima sintonia entre a Administração pública e o Serviço Público, fazendo pressupor, clara e nitidamente, que a execução deste seja feita privativamente por aquela, quer diretamente, quer por delegação.

Quadro I – Comparações entre a administração pública e administração privada

	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ADMINISTRAÇÃO PRIVADA
OBJETO	Necessidades coletivas	Necessidades individuais
FINS	Interesse público	Interesse particular
MEIOS	Leis/regulamentos, autotutela, declarativa, privilegio de execução previa	Contratos entre particulares
FINANCIAMENTO	Imposto (OE)	Investimento privado
OBJETIVO FINAL	Bem-estar de uma sociedade	Lucro
LOGICA DE ATUAÇÃO	Inexistência ou imperfeições de mercado	Mercado
VALORES	Igualdade, equidade, justiça, proporcionalidade, universalidade, bem comum	Restrição na prestação de serviços
CONCORRÊNCIA	Tendencialmente inexistente ou limitada	Concorre com outros atores (concorrência perfeita)

Fonte: adaptado de Mozzicafreddo *et al* (2007); Mozzicafreddo, Gomes (2001); Bihim (2000; 2004)



Atenção

Administração não é sinônimo de Administração pública (e vice versa). Administração pública é um subtopico da administração.

Para Meirelles (2011, p. 60) “O estudo da Administração pública em geral, compreendendo a sua estrutura e as suas atividades, deve partir do conceito de Estado [...]”. Observamos que para entendermos melhor como surgiu a Administração pública, precisamos antes ter o entendimento do conceito de Estado.

Figura I – Estrutura do Estado



Fonte: do autor

Quando falamos em Estado, estamos fazendo uma relação quanto ao aspecto

político no qual um povo é comandado por um governo. As definições de Estado poder ser interpretado de acordo com o contexto que se aplica. Sendo que no “aspecto político, é comunidade de homens, fixada sobre um território, com potestade superior de ação, de mando e de coerção [...]” (MEIRELLES, 2011, p. 61)

Em um Estado independente o poder é soberano e deve se cumprir a vontade de seu povo que se manifesta pela vontade estatal e se apresenta “manifesta através dos denominados Poderes de Estado. [...] são o Legislativo, o Executivo e o Judiciário [...]” (MEIRELLES, 2011, p. 61)

No caso da nossa Federação, podemos também dizer do nosso Estado Federal, o território nacional compreende a União, os estados-membros, o Distrito Federal e os municípios, todos com autonomia política. Antes a União se organizava de forma diferente, era dual, onde existia apenas a União e os Estados-membros. (MEIRELLES, 2011, p. 63).

No caso da Administração pública podemos dizer que nas ultimas décadas vem passando por diferentes fases. Podemos classificar essas fases em três: patrimonialista, burocrática e gerencial. Ou seja, passou no decorrer dos tempos de um modelo patrimonialista para burocrata e, depois de varias disfunções burocráticas, para o gerencialista.

1.1 Administração Pública Patrimonialista

Modelo que predominou no período pré-capitalista, época em que o rei tinha o domínio sobre os bens públicos (res publica – coisas do povo) e bens particulares (res principis – coisas do príncipe) e durou até a década de 30.

Esse modelo tem como caracteriza o fato de não distinguir o que é patrimônio público do que é patrimônio privado. O poder do Estado é uma extensão do poder do soberano, seus servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados prebendas ou sinecuras. corrupção, nepotismo, corrupção, ineficiência, improvisado, falta de profissionalismo, ausência de métodos de trabalho, falhas de planejamento são inerentes a esse tipo de administração



Curiosidade

Confusão entre a propriedade privada e a propriedade pública. Tudo que existia em determinado território era tido como domínio estatal, de forma que a autoridade podia utilizar livremente os bens sem prestar contas aos administrados.

Tem como características: confusão entre a propriedade privada e a propriedade pública; impermeabilidade à participação social-privada; endeusamento do soberano; corrupção e nepotismo; caráter discricionário e arbitrário das decisões; ausência de carreiras administrativas; desorganização do Estado e da Administração; cargos denominados prebendas ou sinecuras; descaso pelo

cidadão e pelas demandas sociais; poder oriundo da tradição (PALUDO, (2013, p. 51).

1.2 Administração Pública Burocrática

Esse modelo surgiu em meados do XIX, no Estado liberal, como forma de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista. E seus princípios são a profissionalização, carreira, hierarquia funcional, impessoalidade e o formalismo. Compondo assim o poder racional legal.

O principal idealizador desse modelo foi Max Weber que na década de 20, publicou estudos sobre o que ele chamou o tipo ideal de burocracia no qual ele procurava sintetizar os principais pontos comuns à maioria das organizações modernas fazendo um contraste quanto às sociedades primitivas e feudais. O seu estudo foi dirigido para o processo de dominação (autoridade e obediência) que, nas organizações modernas, dependem das leis. Nesse processo de “Dominação” existem três tipos: Dominação de caráter carismático; Dominação de caráter tradicional; e Dominação de caráter racional.

A principal qualidade desse modelo é o controle dos abusos contra o patrimônio público. E os defeitos são a ineficiência e a incapacidade da prestação de serviços para os cidadãos. O Estado limitava-se em manter a ordem e administrar a justiça, garantindo os contratos e a propriedade.

A administração burocrática é a forma mais racional de exercer a dominação, possibilitando o exercício da autoridade e a obtenção da obediência com precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiança. Podemos afirmar que todas as organizações formais são burocracias.

Segundo Weber, as organizações formais modernas baseiam-se em leis e o tipo ideal de administração pública Burocrática apresenta três características principais: **formalidade; impessoalidade; e profissionalismo**

Esse modelo também pode, as vezes apresentar, algumas desvantagens como: particularismo; satisfação de interesses pessoais; excesso de regras ; hierarquia e individualismo; mecanicismo.

1.3 Administração Pública Gerencial

Esse modelo, também chamada de A Nova Gestão Pública, surgiu em meados do século XX, devido fase de expansão das funções econômicas e sociais do Estado, as novas tecnologias e a globalização da economia.

A administração pública gerencial é um avanço, da administração pública burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. E tem como princípios fundamentais: a admissão segundo rígidos critérios de mérito (concurso público); a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração; a avaliação constante de desempenho; o treinamento e a capacitação contínua do corpo funcional. Nesse modelo a estratégia volta-se para:

- A definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir sua unidade;
- A garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados;
- O controle ou cobrança a posteriori dos resultados.

A administração pública gerencial inspira-se na administração de empresas, mas não pode ser confundida com esta última. Enquanto a administração de empresas está voltada para o lucro privado, para a maximização dos interesses dos acionistas, esperando-se que, através do mercado, o interesse coletivo seja atendido, a administração pública gerencial está explícita e diretamente voltada para o interesse público. Esse modelo está fundamentado nos seguintes princípios: confiança e descentralização da decisão; flexibilidade de gestão; horizontalização de estruturas; descentralização de funções; criatividade. Contestando ao formalismo ao rigor técnico da burocracia tradicional. Em contrapartida à avaliação, à recompensa, e à capacitação, características da administração burocrática, junta-se com os princípios da orientação, do controle, e da competição administrada. Existem duas formas de atuação da Administração Pública: administração direta e a Administração Indireta.

1.3.1 Administração Direta (Centralizada)

A administração direta constitui-se dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, é o que prevê o art. 76 da CF. Ou seja, Consiste na prestação de serviços diretamente pelo próprio estado e seus órgãos integrados a estrutura da administração

1.3.2 Administração Indireta (Descentralizada)

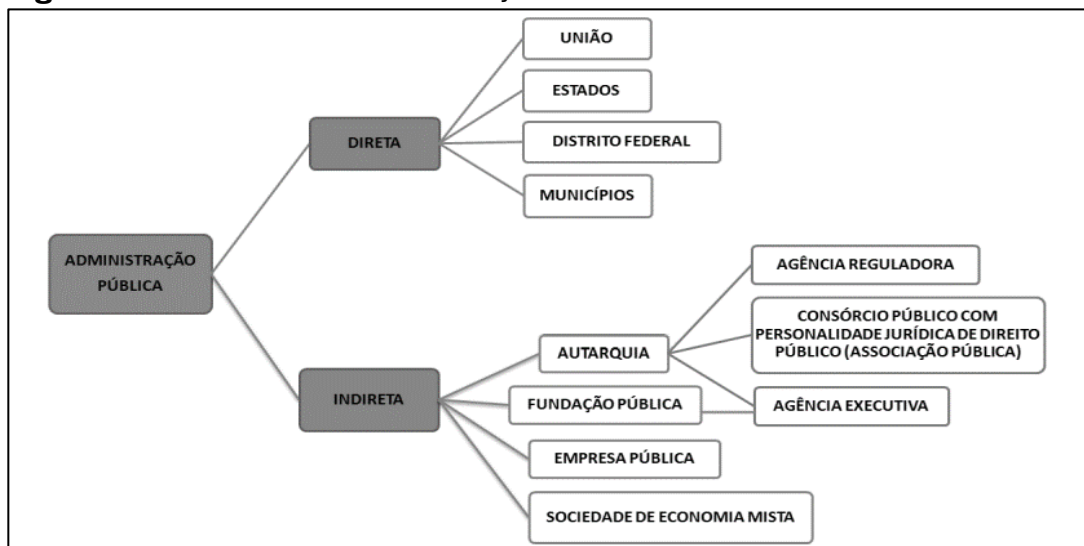
A administração indireta compreende as categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria, como autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e em 2005 foi criado por lei o consórcio público e possuem competências para prestar diversos serviços a população através de outorga ou delegação.



Saiba Mais

LEAL, Augusto Antônio Fontanive; COSTA, Poliana Borges. A administração Pública direta e indireta. **Revista Refletindo o Direito**, Maceio, nov. 2013. Disponível em: <https://0c6d1a9ab9.cbau-cdnwnd.com/cd3ecf8c109741e3e3ef32ca56a86a17/200000158-9d96f9e8dc/A%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%ABlica%20Direta%20e%20Indireta.pdf>

Figura 2 – Estrutura da Administração Pública



Fonte: Do Autor



Refleta

O que fazer para melhorar a atuação da Administração pública ? Privatizar, Estatizar, Terceirizar? Reengenharia? Downsizing? Parcerias?

2 Papel da Administração Pública na Sociedade Pública

Para entender melhor o significado histórico do papel do Estado na sociedade brasileira, considerando a cultura resistente a isso, profundamente enraizada à reforma de suas estruturas, é importante destacar as características persistentes da herança colonial do Brasil e de sua cultura política patrimonialista.

A administração pública tem como objetivo trabalhar a favor do interesse público, e dos direitos e interesses dos cidadãos que administra. Na maior parte das vezes, está organizada de forma a reduzir processos burocráticos. Também é comum existir a descentralização administrativa, no caso da administração pública indireta, que significa que alguns interessados podem participar de forma efetiva na gestão de serviços.

A função da Administração Pública é garantir do bem-estar social; ou defesa dos interesses da comunidade; e/ou zelar pelo bem comum da coletividade. A afirmativa comum é de que a atividade do administrador deve ser orientada para esse objetivo, que é defesa do interesse público corresponde.

“A função administrativa é o conjunto de poderes jurídicos destinados a promover a satisfação de interesses essenciais, relacionados com a promoção de direitos fundamentais, cujo desempenho exige uma organização estável e permanente e que se faz sob-regime jurídico infra legal e submetido ao controle

jurisdicional” (JUSTEN FILHO, 2005, p. 29).

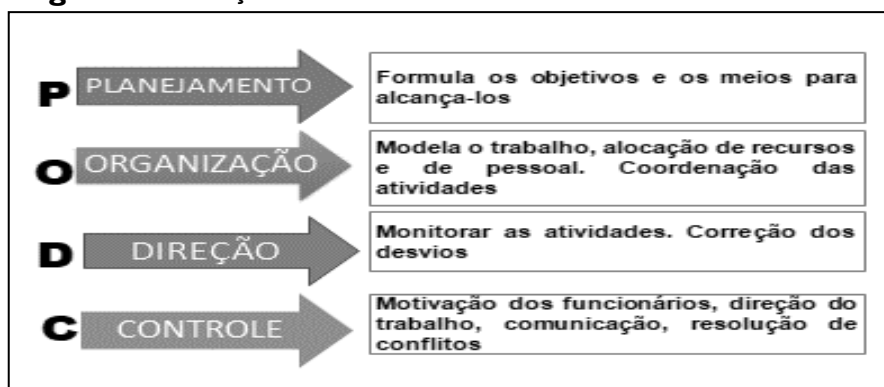


Saiba Mais

FLORES, Antonio Joreci. Evolução da Administração Pública Brasileira. In: _____. **Teorias da administração pública**. Florianópolis: UFSC, 3016. p. 19-55.

A função administrativa compreende desde o fornecimento de utilidades materiais de interesse comum até a atuação jurídica e imaterial e, ainda, a compreensão de litígios.

Figura 3 – Funções do Gestor Público



Fonte: Do Autor



Refleta



Quem se Importa?’ mostra pessoas que tentam mudar o mundo. Um documentário de Mara Mourão, filmado em sete países, retrata o trabalho de 18 empreendedores sociais

Gestor público é quem trabalha na administração pública e tem grande responsabilidade para com a sociedade, devendo fazer a gestão e administração de matérias públicas, de forma transparente e ética, em concordância com as normas legais estipuladas.

Figura 4 – Atividades do Gestor Público

Planejamento	Organização	Direção	Controle
<ul style="list-style-type: none">• Definir a missão• Formular objetivos• Definir os planos para alcançar os objetivos• Programar as atividades	<ul style="list-style-type: none">• Dividir o trabalho• Designar as atividades• Agrupar as atividades em órgãos e cargos• Alocar recursos• Definir autoridade e responsabilidade	<ul style="list-style-type: none">• Designar as pessoas• Coordenar os esforços• Comunicar• Motivar• Liderar• Orientar	<ul style="list-style-type: none">• Definir os padrões• Monitorar o desempenho• Avaliar o desempenho• Ação corretiva

Fonte: Adaptado de Silva, 2008

3 Significado Político, Social e Econômica da Administração Pública

"Administração pública é o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado que procuram satisfazer as necessidades da sociedade, tais como educação, cultura, segurança, saúde, entre outras.

O Estado surgiu com o propósito de organizar a vida em sociedade, garantir que os bens de uso comum sejam distribuídos de forma igual entre todos os seus integrantes e zelar pelo desenvolvimento e crescimento de seu povo, dando estrutura para que isso ocorra. Os fins do Estado podem ser políticas, econômicos, jurídicos e sociais.

A Administração pública é mais fácil de ser compreendida a partir do momento quem se tem claro, o conceito de Estado, que por sua vez, é composto por três elementos: o povo, o território e o governo.

O governo se organiza em três poderes: Executivo, Legislativo e o Judiciário. E cada poder do Estado tem funções típicas e atípicas. Onde a função típica do Poder Executivo é executar/administrar as leis, do Poder Legislativo é elaborar e fiscalizar as leis e do Poder Judiciário é aplicar/julgar as leis. De forma organizada para realizar as atividades de acordo com os objetivos do governo.

Por fim administração pública é a gestão dos interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos, sendo dividida em administração direta e indireta.

Figura 5 – Esferas da Administração Pública



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/648377677594328864/>

A administração direta é aquela exercida pelo conjunto dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nesse caso, os órgãos não possuem personalidade jurídica própria, patrimônio, nem autonomia administrativa." "Diferentemente da administração direta, a qual o Estado exerce suas funções diretamente; na administração indireta, o Estado transfere a sua titularidade ou execução das funções para que outras pessoas jurídicas, ligadas a ele, possam realizar. A administração indireta é composta pelas autarquias, fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e outras entidades de direito privado. Tais entidades possuem personalidade jurídica própria, patrimônio e autonomia administrativa.

A concessão que o Estado dá ao concessionário deve ser feita sempre através de licitação, um processo de análise das propostas mais vantajosas para o Estado, significando, portanto, uma medida de uso racional dos recursos públicos. A administração indireta visa à descentralização, ou seja, a distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica."

A Administração pública é dirigida por princípios constitucionais e administrativos para que seja ética e transparente. Estes princípios são estabelecidos são reconhecidos da Constituição Federal de 1988, seguidos do Direito Administrativo que rege as condutas da Administração pública em caráter jurídico.

3.1 Princípios Constitucionais da Administração Pública

Os princípios da Administração Pública são os seguintes: "princípio da legalidade; princípio da impessoalidade; princípio da moralidade; princípio da publicidade; princípio da eficiência." (MORAES, 2008, p. 320).

E têm como finalidade garantir a honestidade na execução das atividades com a ‘finalidade: garantir a honestidade na gerência da res publica e possibilitar a responsabilização dos agentes públicos que se afastarem dessas diretrizes obrigatórias’ (MORAES, 2005, p. 99).

No Princípio da Legalidade o gestor público deve executar apenas o que a lei autoriza. “[...] o administrador público somente poderá fazer o que estiver expressamente autorizado em lei e nas demais espécies normativas, inexistindo incidência de sua vontade subjetiva, pois na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza, diferentemente da esfera particular, onde será permitida a realização de tudo que a lei não proíba (MORAES, 2005, p. 99).

No princípio da impessoalidade o gestor público deve praticar o ato para o seu fim legal. “[...] de forma impessoal.” Todo ato que o gestor público praticar, deverá ser de interesse público, não de interesse pessoal ou de terceiros “desde que o princípio da finalidade exige que o ato seja praticado sempre com finalidade pública, o administrador fica impedido de buscar outro objetivo ou de praticá-lo no interesse próprio ou de terceiros.” Dessa forma, este princípio serve também, “para excluir a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos sobre suas realizações administrativas (MEIRELLES, 2011, p. 93).

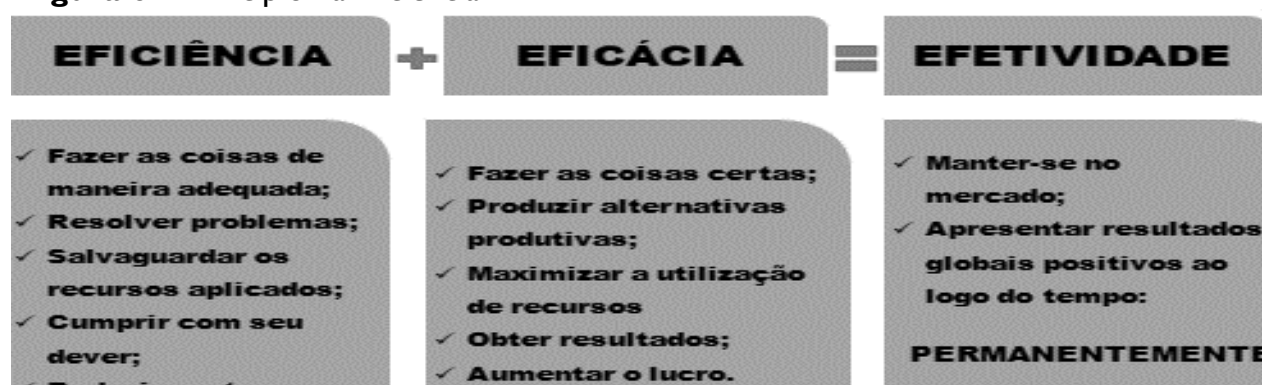
No princípio da moralidade, ligado com a moral e a ética da conduta, o gestor público não poderá desprezar o elemento ético da sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o importuno, mas também entre o honesto e o desonesto” (MEIRELLES, 2011, p. 90). Mas, “por considerações de Direito e Moral, o ato administrativo não terá que obedecer somente à lei jurídica, mas também à lei ética da própria instituição, porque nem tudo que é legal é honesto [...]” Assim como o ser humano tem a moral comum (externa), quando atua como gestor público deverá praticar a moral administrativa (interna), onde “A moral comum, [...] é imposta ao homem para sua conduta externa; a moral administrativa é imposta ao agente público para sua conduta interna, segundo as exigências da instituição a que serve e a finalidade de sua ação: o bem comum” (HAURIOU apud MEIRELLES, 2011, p. 90).

No Princípio da Publicidade todo ato administrativo deve ser publicado, pois o povo tem o direito de estar informado dos atos públicos que possam lhe interessar e intervir de forma legal se achar necessário. [...] além de assegurar seus efeitos externos, visa a propiciar seu conhecimento e controle pelos interessados diretos e pelo povo em geral, através dos meios constitucionais [...]. Há exceção, quando, por segurança nacional, algum ato seja sigiloso, “[...] só se admitindo sigilo nos casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior da Administração a ser preservado em processo previamente declarado sigiloso nos termos da Lei no 8.191, e pelo Dec. No 2.134.” (MEIRELLES, 2011, p. 96).

E no Princípio da Eficiência o gestor público deve executar suas atividades com eficiência, agilidade, dedicação e perfeição. E “vem reforçar a possibilidade do Ministério Público, com base em sua função constitucional de zelar pelo efetivo

respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promover as medidas necessárias, judicial e extrajudicialmente, a sua garantia” e suas características básicas são “[...] direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum, imparcialidade, neutralidade, transparência, participação e aproximação dos serviços públicos da população, eficácia, desburocratização e busca da qualidade [...]” (MORAES, 2005, p. 109).

Figura 6 – Princípio da Eficiência



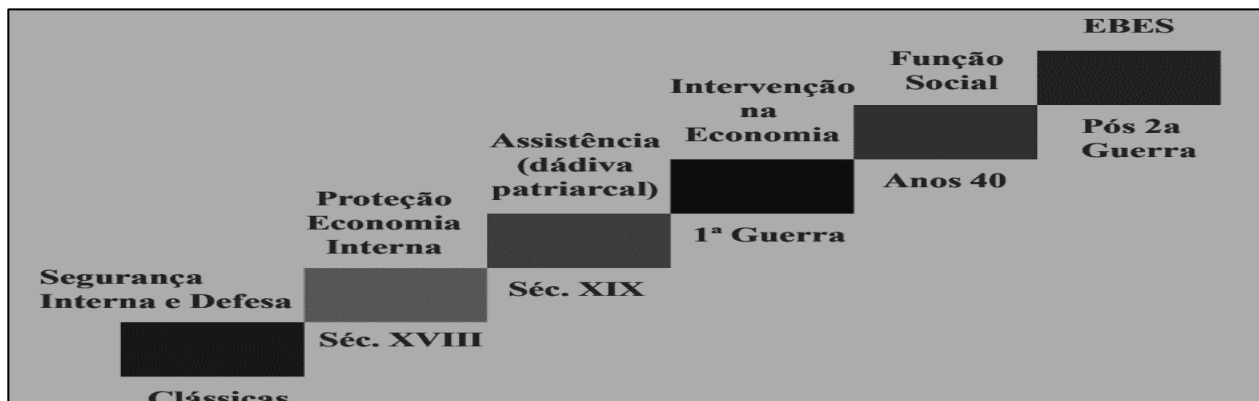
Fonte: Do autor

“Além dos princípios constitucionais, previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, existem princípios infraconstitucionais básicos que regem a Administração Pública, em consonância com os preceitos da Carta Magna [...]”. Os princípios reconhecidos da Administração são: “[...] supremacia do interesse público, presunção de legitimidade ou de veracidade; especialidade, controle administrativo ou tutela, autotutela, hierarquia, continuidade do serviço público, motivação.”. (MORAES, 2005, p. 116).

4 Evolução histórica dos estudos de Administração Pública

A importância histórica da administração pública pode ser compreendida partindo da ideia de que, a partir do momento em que existem pessoas convivendo em sociedade, é necessário ter um ente maior que estabeleça regras e se preocupe em manter o bem-estar de todos. Com a evolução das funções do Estado, conseqüentemente evoluiu a função da Administração Pública

Figura 7 – Evolução das Funções do Estado



Fonte: <https://slideplayer.com.br/slide/10504007/>

A Administração Pública Brasileira se desenvolveu como ciência Administrativa, e esse caminho de crescimento dividem-se temporalmente em três fases distintas, quais sejam: Estado Administrativo (1930-1945), Estado para o desenvolvimento (1946-1964) e Estado Intervencionista (1965-1979).

- No Estado Administrativo (1930-1945) a administração pública começa a caminhar no sentido de afastar-se do direito privado, mas muito lentamente, por causa do desconhecimento dos limites do domínio público e da doutrina da administração pública pelos entes da administração. Em 1934, com a promulgação da Constituição, instituiu-se um Tribunal de Direito Administrativo Federal, marcada por uma intervenção de ordem social assumindo uma característica a atuação nas áreas da saúde, educação, assistência, previdência social e economia. Mas a máquina administrativa voltou-se para si mesma, deixando à parte seu objetivo principal que é de atender os anseios da sociedade, tornando-se ineficiente (CARVALHO, Fernanda Q.).
- No Estado para o desenvolvimento (1946-1964) com o crescimento da máquina estatal o direito administrativo teve um grande desenvolvimento, o Estado para o Desenvolvimento foi chamando a atenção dos países ricos para a criação de condições de investimentos em países pobres. Mas no decorrer dos tempos o Estado perdeu o seu controle sob o crescimento. Surgiram crises políticas e econômicas que começaram a enfraquecer a esfera estatal.
- E no Estado Intervencionista (1965-1979), o Decreto Lei nº 200, estabeleceu diretrizes para a Reforma Administrativa e ainda a descentralização funcional do poder administrativo, na tentativa de superar a rigidez burocrática. Com isto o estado foi perdendo o controle sobre as grandes organizações estatais e começou a intervir para prevenir outras crises e minimizar o problema, tentando reconcentrar as decisões e planejamento retomando a reforma administrativa. Surgiu várias crises, e isso causou uma enorme instabilidade, tornando claro que o Estado não poderia sozinho gerir toda a sociedade.

Entre 1960 e 1980 que aconteceram os altos momentos onde a sociedade se manifestou e reivindicou fortemente o seu direito de participar dos debates relativos à administração pública, pois o Estado deveria que atender a população e

trazê-la ao debate a cerca da necessidade de melhorias nos serviços públicos e desse controle em certos momentos. Surgiu o conceito emergencial do “new public management” ou nova administração pública ou gerencial

A nova administração pública ou gerencial, na década de 80, o passa a ter o objetivo de obter os melhores resultados possíveis com o mínimo de gastos fazendo uso do conceito de “gerenciar”. Ou seja serviços públicos passaram a ver a administração como um negócio-gerencial.

Dois fatores foram identificados como potenciais para mudar padrões do passado: **choque radical**: acontece por meio de uma estratégia de transformação intencional de um sistema político relativamente equilibrado para outro significativamente diferente, de consequências potencialmente imprevisíveis; **Vontade política persistente**: esforços para explorar um único conjunto de políticas por um longo período de tempo.

Nesse sentido a Administração Pública objetiva: **Fomento** (atividade administrativa de incentivo à iniciativa privada de utilidade pública); **Polícia administrativa** (exercício de restrições ao exercício de direitos individuais em benefício do interesse maior da coletividade); **Serviço público** (atividade executada, direta ou indiretamente, com a finalidade de satisfazer à necessidade da coletividade); e **Intervenção** (corresponde à regulamentação e à fiscalização da atividade econômica).

A Administração Pública deve garantir o cumprimento da lei, desconsiderando a vontade particular, pois sua função é o bem comum. Para que a Administração Pública realize suas atividades o ordenamento jurídico lhe conferiu alguns poderes, que são os chamados poderes administrativos, são eles: poder regulamentar, poder disciplinar, poder hierárquico e poder de polícia. (MORAES, 2005).

4.1 Serviços Público

“O conceito de serviço público não é uniforme na doutrina, que ora nos oferece uma noção orgânica, só considerando como tal o que é prestado por órgãos públicos; ora nos apresenta uma conceituação formal, tendente a identificá-lo por características extrínsecas; ora nos expõe um conceito material, visando defini-lo por seu objeto. Realmente, o conceito de serviço público é variável e flutua ao sabor das necessidades e contingências políticas, econômicas, sociais e culturais de cada comunidade, em cada momento histórico, como acentuam os modernos publicistas. Eis o nosso conceito: Serviço público é todo aquele prestado pela administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniência do Estado” (MEIRELLES, 2011, p. 364).

Serviços públicos: “são os que a administração presta diretamente à comunidade, por reconhecer sua essencialidade e necessidade para a sobrevivência do grupo social e do próprio Estado. Por isso mesmo, tais serviços são considerados privativos do poder público, no sentido de que só a administração deve prestá-

los, sem delegação a terceiros, mesmo porque geralmente exigem atos de império e medidas compulsórias em relação aos administrados” (MEIRELLES 2011, p. 366).

A classificação dos serviços públicos é feita “levando-se em conta a essencialidade, a adequação, a finalidade e os destinatários dos serviços, podemos classificá-los em: públicos e de utilidade pública; próprios e impróprios do Estado; administrativos e industriais; ‘uti universi’ e ‘uti singuli’ [...]” MEIRELLES 2011, p. 366).

As formas de prestação dos serviços públicos podem ser: centralizada, e descentralizada ou desconcentrada. Enquanto sua execução pode ser: direta ou indireta. “Os serviços centralizados, descentralizados ou desconcentrados admitem execução direta ou indireta, porque isto diz respeito à sua implantação e operação, e não a quem tem a responsabilidade pela sua prestação ao usuário. MEIRELLES 2011, p. 379).

- Centralização: ocorre quando o próprio Estado executa suas atividades administrativas através de seus órgãos, ocorre dentro da mesma pessoa jurídica, é o mesmo que a administração pública direta
- Descentralização é o oposto da centralização, é o mesmo que a administração pública indireta, quando o Estado cria uma pessoa jurídica/entidade para executar determinadas atividades administrativas, sem hierarquia e subordinação, porém com fiscalização
- Concentração ocorre quando uma pessoa jurídica na administração pública extingue algum órgão da sua própria estrutura, dentro da mesma pessoa jurídica.
- Desconcentração ocorre quando uma pessoa jurídica pública cria um novo órgão dentro da sua própria estrutura (da mesma pessoa jurídica)

4.2 Deveres da Administração Pública

A administração pública possui deveres que “[...] como decorrência da indisponibilidade do interesse público, a Constituição e as leis impõem ao administrador público alguns deveres específicos e peculiares, preordenados a assegurar que sua atuação efetivamente se dê em benefício do interesse público e sob controle direto e indireto do titular da coisa pública, o povo. São esses os chamados deveres administrativos” (ALEXANDRINO; PAULO 2011, p. 211)

Esses deveres administrativos existem afim de garantir que os gestores públicos atuem em benefício do interesse do povo. Dentre os principais deveres do administrador público estão: poder-dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade e dever de prestar contas.

Quadro 2 – Deveres da Administração Pública

DEVER	CARACTERÍSTICA	EXEMPLO
Poder-dever de agir	Para que possa agir o agente público recebe poder, consequentemente, passa a ter o dever de agir.	Ao fiscal de trânsito é dado o poder de multar o motorista que estacionar em local proibido. Ao ver um veículo estacionado de forma irregular, o fiscal tem o dever de multá-lo.

Dever da eficiência	O agente público deve utilizar os recursos públicos de forma eficiente. Deve garantir que os serviços sejam prestados à população de forma rápida e com qualidade; em resumo, os bens públicos devem ser bem administrados.	Quando um cidadão entra com pedido de licença para construção, cabe à prefeitura fazer sua parte sem retardar a liberação (desde que esteja dentro da lei). Outro exemplo é a profissionalização dos agentes a fim de garantir serviços de melhor qualidade.
Dever de probidade	Dever de agir com honestidade e ética.	O dinheiro público deve ser utilizado com boa-fé para beneficiar a coletividade. Um agente que age com probidade não tira vantagem, para si ou outrem, do dinheiro público.
Dever de prestar contas	Todo aquele que utilizar dinheiro público, ou que agir em nome do Estado, tem o dever de prestar contas de suas ações.	Quando um agente público recebe dinheiro para pagar alimentação durante viagem a outra cidade, deverá fazer a prestação de contas dessa despesa.

Fonte: Adaptado Busarello; Cruz, 2014

4.3 Poderes da Administração Pública

São os poderes que permitem que a administração pública atinja seus fins “[...] pois, sem eles, ela não conseguiria fazer sobrepor-se a vontade da lei à vontade individual, o interesse público ao interesse privado” (DI PIETRO, 2011, p. 90).

“Os poderes administrativos nascem com a administração e se apresentam diversificados segundo as exigências do serviço público, o interesse da coletividade e os objetivos a que se dirigem” (MEIRELLES, 2006, p. 116).

Através desses poderes o gestor público pode garantir a defesa dos interesses coletivos em detrimento dos interesses particulares, a aplicação da lei em detrimento da vontade de cada um. São poderes administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar e poder de polícia.

Quadro 3 – Poderes da Administração Pública

TRATAM DA	PODER	CARACTERÍSTICA
Liberdade que a administração pública tem para praticar seus atos	Vinculado	O agente não possui liberdade nenhuma, deve fazer o que está expresso na lei.
	Discricionário	O agente possui certa liberdade, podendo agir de acordo com a conveniência e o que for melhor, desde que esteja previsto na lei.
Punição dos que a ela se vinculam	Hierárquico	Relação de subordinação entre os órgãos e o Executivo. Obediência às ordens dos superiores (atinge o público interno).
	Disciplinar	Utilizado para punir condutas inadequadas dos servidores e também para punir aqueles que mantêm contrato com a administração e não o cumprem.
Finalidade normativa	Regulamentar	Poder que o Poder Executivo (Presidente, governadores e prefeitos) possui para adequar as leis editadas pelo Legislativo a fim de aplicá-las.
Contenção dos direitos individuais	de Polícia	Poder que a administração pública possui de limitar atividades ou bens que afetam ou possam afetar a coletividade.

Fonte: Adaptado Busarello; Cruz, 2014

4.4 Governo, Políticas e Agentes Públicos

Para que seja possível concretizar os objetivos do Estado é preciso que exista toda uma estrutura envolvida que são: governo, as políticas e os agentes públicos. O governo dirige o Estado e conduz o povo no cumprimento das regras estabelecidas. O governo, por sua vez, estabelece as políticas para o bom funcionamento do Estado. As políticas são ações que regulam a vivência em sociedade. E os agentes públicos atuam em nome do Estado.



Saiba Mais

COSTA, Frederico Lustosa da; COSTA, Elza Marinho Lustosa da. Nova história da administração pública brasileira: pressupostos teóricos e fontes alternativas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 215-236, mar./abr., 2016.

4.4.1 Governo

Governar é administrar, é organizar as ações do Estado para atingir os fins.

Assim Governo é o “ato ou efeito de administrar, sistema político que dirige um Estado com poder soberano. É a organização necessária para o exercício do poder e leva a população ao cumprimento das normas que estabelece como condição para a convivência social” (BÄCHTOLD, 2008, p. 16).

O governo estabelece regras com o intuito de organizar a convivência por meio normalizações. “O governo dá ao Estado a sua conotação jurídica. É a organização necessária para o exercício do poder, a força que conduz a coletividade para o cumprimento das normas que cria, estabelece e exige, como condição de vida de um povo [...]” (BRANCATO, 2009, p. 62).

4.4.2 Políticas

“Política é um conjunto de declarações escritas a respeito das intenções das instituições em relação a determinado assunto. As políticas indicam os meios e a forma para atingir os objetivos principais. São formuladas, em geral, de forma ampla e proporcionam as linhas mestras para orientar as decisões mais importantes e a formulação dos objetivos setoriais e das normas. Ela também pode significar o conjunto de guias e intenções que traçam o rumo de uma instituição e governam suas atividades e decisões para atingir o objetivo geral para o qual a instituição foi criada” (BÄCHTOLD (2008, p. 79)

Toda instituição, seja pública ou privada, possui política que são as diretrizes estabelecidas para organizar as ações e a convivência dentro da estrutura. As políticas podem ser implícitas ou explícitas.

- **Políticas Implícitas** – São práticas genéricas correntes na empresa, não oficializadas nem escritas, que orientam as decisões dos

administradores. Na maioria dos casos, as políticas são implícitas porque ninguém se deu ao trabalho de escrevê-las. [...] Existe ainda a possibilidade de a empresa ter uma política oficial, documentada e divulgada, mas seguir práticas diferentes das que estão explicitamente estabelecidas.

• **Políticas Explícitas** – São as políticas expressas da empresa. Aquelas regras de conduta, regras de ação. Elas não prevalecem sobre as políticas implícitas, ao contrário, principalmente na administração pública, a política expressa é de ideologias pautadas em princípios éticos e morais, mas nem sempre a prática segue estes pressupostos” (BÄCHTOLD, 2008, p. 79).

Dentre as várias políticas estabelecidas pelo governo, existem três que merecem destaque para o desenvolvimento econômico: regulatória, fiscal e monetária.

• **Política Regulatória:** objetiva regular e normatizar a atividade econômica, com o intuito de promover o bem-estar social, e limitar os direitos individuais para garantir o bem da coletividade. “Envolve o uso de medidas legais como decretos, leis, portarias, expedidas como alternativa para alocar, distribuir os recursos e estabilizar a economia. Com o uso das normas, diversas condutas podem ser banidas, como a criação de monopólios, cartéis, práticas abusivas, aumento da poluição, entre outras. Observe que a política regulatória serve para garantir que o mercado não adote condutas abusivas e que o consumidor não seja prejudicado” (BÄCHTOLD, 2008, p. 80).

• **Política Fiscal:** é o conjunto de ações que o governo toma para arrecadar receita e realizar despesas. “Reflete o conjunto de medidas pelas quais o governo arrecada receitas e realiza despesas de modo a cumprir três funções: a estabilização macroeconômica, a redistribuição da renda e a alocação de recursos. A função estabilizadora consiste na promoção do crescimento econômico sustentado, com baixo desemprego e estabilidade de preços. A função redistributiva visa assegurar a distribuição equitativa da renda. Por fim, a função alocativa consiste no fornecimento eficiente de bens e serviços públicos, compensando as falhas de mercado” (BRASIL, 2013).

• **Política Monetária:** são ações que envolvem o dinheiro como o controle da oferta de dinheiro, a taxa de juros e a oferta de crédito. “Envolve o controle da oferta de moeda, da taxa de juros e do crédito em geral, para efeito de estabilização da economia e influência na decisão de produtores e consumidores. Com a política monetária, pode-se controlar a inflação, preços, restringir a demanda, entre outros” (BÄCHTOLD, 2008, p. 80). E “visa defender o poder de compra de uma moeda, sendo ela expansionista ou restritiva. Na política restritiva, o dinheiro em circulação é diminuído ou estabilizado para desaquecer a economia e manter os preços de mercado. Na política expansionista, o dinheiro em circulação aumenta de quantidade para aquecer a economia, a demanda de mercado e consequentemente o crescimento econômico do país” (REBOUÇAS, 2008, p. 80).

4.4.3 Agentes Públicos

O agente público é a figura humana da administração pública, “são todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal” (MEIRELLES, 2011, p. 76).

“Considera-se agente público toda pessoa física que exerça, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública” (ALEXANDRINO; PAULO, 2011, p. 124).

“A expressão agente público é utilizada em sentido amplo e genérico. [...] Dentre todos os integrantes do gênero agentes públicos, duas espécies são mais estudadas [...] a saber: servidor público e empregado público” (ALEXANDRINO; PAULO, 2011, p. 125). O Servidor público ocupa um cargo público, podendo ser efetivo ou em comissão em regime estatutário e sob regime jurídico de direito público. O empregado público é contratado sob o regime contratual trabalhista (CLT) e sob regime jurídico privado. Os agentes públicos podem ser classificados ainda como:

- **Agentes políticos:** detêm o poder de comando, compõem o governo e estão nos mais altos escalões do poder público (Presidente da República, governadores, prefeitos, secretários, ministros, senadores, procuradores, promotores, entre outros. “Aos quais incumbe a elaboração das diretrizes de atuação governamental, e as funções de direção, orientação e supervisão geral da administração pública” (ALEXANDRINO; PAULO, 2011, p. 126).

- **Agentes administrativos:** executam atividades e são vinculados à administração direta ou indireta, ocupam algum cargo ou alguma função pública, sem ser pessoa política. “Exercem uma atividade pública de natureza profissional e remunerada, sujeitos à hierarquia funcional e ao regime jurídico estabelecido pelo ente federado ao qual pertencem. São os ocupantes de cargos públicos e de funções públicas nas administrações direta e indireta das diversas unidades da Federação, nos três Poderes (ALEXANDRINO; PAULO, 2011, p. 127). Podem ser classificados como servidores públicos, empregados públicos, e temporários

- **Agentes honoríficos:** atuam em função pública quando solicitado, por colaboração junto ao Estado, sem remuneração e sem vínculo profissional. São “requisitados ou designados para, transitoriamente, colaborarem com o Estado mediante a prestação de serviços específicos, em razão de sua condição cívica, de sua honorabilidade ou de sua notória capacidade profissional. Não possuem qualquer vínculo profissional com a administração pública (são apenas considerados “funcionários públicos” para fins penais) e usualmente atuam sem remuneração. São os jurados, os mesários eleitorais, os membros dos Conselhos Tutelares criados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e outros dessa natureza (ALEXANDRINO; PAULO, 2011, p. 128).

• **Agentes delegados:** particulares incumbidos de executar determinada atividade por sua conta e risco e sob fiscalização do Estado. “Recebem a incumbência da execução de determinada atividade, obra ou serviço público e o realizam em nome próprio, por sua conta e risco, mas segundo as normas do Estado e sob a permanente fiscalização do delegante. [...] Nessa categoria encontram-se os concessionários e permissionários de obras e serviços públicos, os serventuários de ofícios ou cartórios não estatizados, os leiloeiros [...] [e] as demais pessoas querecebem delegação para a prática de alguma atividade estatal ou serviço de interesse coletivo (MEIRELLES, 2011, p. 81).

• **Agentes credenciados:** incumbidos de representar a administração em determinada ocasião mediante remuneração do poder público credenciante. (ALEXANDRINO; PAULO, 2011, p. 129).

4.4.4 Improbidade Administrativa

Condutas ilícitas e contrárias aos princípios da administração pública em razão do cargo ou função pública. Para aquele que cometer este tipo de ato ilegal contra a administração, haverá, dependendo do caso, ressarcimento ao erário, punição e até mesmo exoneração.

Alexandrino e Paulo (2011, p. 899), a Lei no 8.429/1992, classifica os atos de improbidade administrativa em três categorias: a) atos de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito; b) atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário; c) atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.

Quadro 4 – Atos de improbidade administrativa

ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	DEFINIÇÃO/ CARACTERÍSTICA
QUE IMPORTAM EM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO	Este tipo de ato se caracteriza quando o agente tira vantagem patrimonial ou tomada de posse indevida do patrimônio público.
QUE CAUSAM PREJUÍZO AO ERÁRIO	Este tipo de ato se caracteriza quando, de alguma forma ilegal, o agente provoca prejuízo ao erário.
ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Este tipo de ato de improbidade se caracteriza quando o agente fere os princípios da administração pública.

Fonte: Adaptado Busarello; Cruz, 2014

5 Fundamentos da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais

Surge devido a forte influência das empresas na sociedade com o objetivo de resgatar a racionalidade plena propondo um modelo social multidimensional em que empresas passam a ser ordenadoras e provedoras do bem-comum.

É um mecanismo utilizado pelas empresas para tornarem públicas as suas

intenções e compromissos, visando à transparência de suas ações no exercício da responsabilidade social.

A longo prazo para a formação de lideranças mais participativas, técnica, administrativa e economicamente competentes, num contexto mais valorativo em que a auto-realização, o autoconhecimento, assim como a colaboração entre os integrantes da rede, e destas com as comunidades em seu entorno social, são valores fundamentais, e não simples meios.

Através dele a empresa mostra o que faz pelos seus empregados, dependentes e pela população que recebe sua influência direta dando transparência às atividades que buscam melhorara qualidade de vida para todos.

Figura 8 – Categorias do que constitui o ser humano

Ser Humano	Dimensão	Constituição	Espaços de Existência	Categorias de Tempo	Modelos de Homem	Motivação nas Organizações
Único e multi-dimensional	Política	Razão (cálculo e substantiva) Ética da convicção e da responsabilidade	Espaço pessoal	Tempo pessoal	Reflexivo (que pensa)	Realização pessoal
	Social	Convivialidade Comportamento	Comunidade Sociedade	Tempo convivial	Reativo	Reconhecimento do grupo
	Biológica	Física Mundo Aparente	Economia (mercado e burocracia)	Tempo cronológico	Operacional	Dinheiro

Fonte: Saim Ramos

A partir desta delimitação as organizações podem contribuir para a ampliação do conhecimento das ambivalências, da complexidade da interação entre diferentes processos organizacionais no âmbito da administração pública visando assim um novo modelo de gestão.

Figura 9 – Relações entre administração pública e modelo de gestão

Administração Pública tradicional	Nova administração pública	Novo serviço público
Gestão pública	Gestão privada ou estratégica	Gestão social
CARACTERÍSTICAS		
Racionalidade Instrumental Hierarquia Modelos top-down Estado como provedor	Crerios econômicos Mercado com principal provedor Estado como regulador	Bottom-up Dialogo Participação Coprodução Estado como mediador não exclusivo

Fonte: Do autor



Saiba Mais

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. Ênfase em Política Pública e a nova Gestão Pública. In: Teorias da Administração Pública. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017. p. 181-234.

6 Administração Gerencial

Esse modelo, também chamado de **A Nova Gestão Pública**, surgiu em meados do século XX, devido fase de expansão das funções econômicas e sociais do Estado, as novas tecnologias e a globalização da economia.

A administração gerencial é um avanço, da administração burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. E tem como princípios fundamentais: a admissão segundo rígidos critérios de mérito (concurso público); a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração; a avaliação constante de desempenho; o treinamento e a capacitação contínua.

Quadro 5 – Diferença entre a administração burocrática e a Administração Gerencial

ADMINISTRAÇÃO BUROCRÁTICA	ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL
<ul style="list-style-type: none">• É autorreferente e se concentra no processo, em sua próprias necessidades e perspectivas, sem considerar a alta eficiência envolvida;• Acredita em uma racionalidade absoluta;• Para evitar o nepotismo e a corrupção é pelo controle rígido dos processos, com controle de procedimentos;• Não existe confiança;• É centralizadora, autoritária;• Prega o formalismo, rigidez e rigor técnico.	<ul style="list-style-type: none">• É orientada para o cidadão, se concentra nas necessidades e perspectivas do cliente-cidadão• Vê a sociedade como um campo de conflito, cooperação e incerteza, na qual os cidadãos defendem seus interesses e afirma suas posições ideológicas;• Indicadores de desempenho e controle dos resultados como instrumentos de combate ao nepotismo e a corrupção;• A confiança é limitada, mas é suficiente para permitir a delegação;• Prega a descentralização;• Exige formas flexíveis de gestão, horizontalização de estruturas, descentralização de funções e incentivos a criatividade e inovação.

Fonte: Matias-Pereira (2009) com adaptações

Nesse modelo a estratégia volta-se para:

- A definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade;
- A garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados;
- O controle ou cobrança a posteriori dos resultados.

A administração gerencial inspira-se na administração de empresas, mas não pode ser confundida com esta última. Enquanto a administração de empresas está voltada para o lucro privado, para a maximização dos interesses dos acionistas, esperando-se que, através do mercado, o interesse coletivo seja atendido, a administração pública gerencial está explícita e diretamente voltada para o interesse público.

Esse modelo está fundamentado nos seguintes princípios: confiança e descentralização da decisão; flexibilidade de gestão; horizontalização de estruturas; descentralização de funções; criatividade. Contestando ao formalismo ao rigor técnico da burocracia tradicional. Em contrapartida à avaliação, à

recompensa, e à capacitação, características da administração burocrática, junta-se com os princípios da orientação, do controle, e da competição administrada.

Quadro 6 – Características da Administração Gerencial

DIMENSÕES DE ANÁLISE	CARACTERÍSTICA TÍPICA	ELEMENTOS PRINCIPAIS
Estrutura	Pós-burocrática	<ul style="list-style-type: none"> • Formalização apenas das metas e processos globais, • Processos horizontalizados, • Esferas de controle reduzida pelo empowerment e competências • Autoridade centrada na hierarquia de competências
Estratégia	Participativa	<ul style="list-style-type: none"> • Definido e decidido mediante participação dos principais agentes organizacionais • Existência de algum grau de incerteza e de alguns focos de pressão, • Plano com certa flexibilidade • Ênfase nos resultados organizacionais
Relação ambiente	Dinâmico e complexo	<ul style="list-style-type: none"> • Existem muitos fatores ambientais, • Ênfase atendimento demandas cidadãos clientes, • Fatores estão continuamente mudando, • Instabilidade ambiental.
Política	Uso da função planejamento e orçamento	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de relações informais com agentes de influência da área de planejamento, • Uso de relações informais com agente de influência da área de orçamento • Uso de informações privilegiadas da função planejamento e orçamento

Fonte: Souza (2006) com adaptações



Saiba Mais

FREITAS, Almeida Daciana. **A Administração Pública Gerencial**: histórico e aspectos principiológicos. 2011. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5887

6.1 Governança

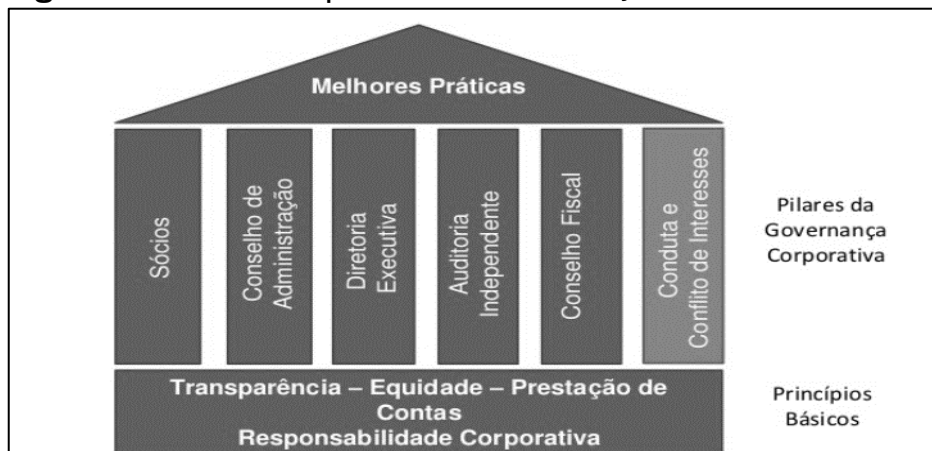
O termo “governance” (governança) surge do termo governo “tendo em vista aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente” (DINIZ, 1995, p. 400) e pode ter várias interpretações, dependendo do enfoque.

“Governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento, e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções” Banco Mundial.

Podemos definir Governança como sendo o conjunto de processos, costumes, políticas, leis, regulamentos e instituições que regulam a maneira como uma empresa é dirigida, administrada ou controlada. Muitos usam o termo como

sinônimo de governo, por ser um “órgão” superior da administração pública. No entanto, governança também pode dizer respeito às medidas adotadas pelo governo para governar o país em questão.

Figura 10 – Melhores praticas da Governança



Fonte: IBGE com adaptações

Podemos citar oito características principais da boa governança: Estado de direito; transparência; responsabilidade; orientação por consenso; igualdade e inclusividade; efetividade e eficiência; e prestação de contas.

Geralmente a governança refere-se a um tipo de governança associado a um tipo de organização como por exemplo: governança pública, governança privada, governança corporativa e governança de projetos. Também pode estar ligada a uma atividade específica como: governança ambiental, governança da Internet e governança de tecnologia da informação. Ou ainda a uma teoria: governança regulatória, governança participativa, governança multinível, metagovernança e governança colaborativa.

A Governança Pública foi normalizada pelo Decreto 9203/2017 sendo definida como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. E tem como princípios: capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas e responsabilidade; e transparência (BRASIL, 2017).

A governança privada é quando entidades não-governamentais criam regras e/ou normas com efeito vinculante na "qualidade de vida e oportunidades do público em geral", ou seja, estão fazendo políticas públicas. Lembrando que o termo "política pública" pode ser feita por vários atores, sendo criada tanto pelo setor público quanto pelo setor privado. Se alguém quiser se referir apenas à política pública feita pelo governo, o melhor termo a ser usado é "política governamental", que elimina a ambiguidade em relação ao agente da formulação de políticas.

A Governança Corporativa é o conjunto de processos, regulamentos, decisões, costumes, idéias que mostram a maneira pela qual aquela empresa ou sociedade é dirigida ou administrada. E visa aumentar a probabilidade dos fornecedores de

recursos garantirem para si o retorno sobre seu investimento, por meio de um conjunto de mecanismos. Seu objetivo é assegurar que os interesses dos gestores estejam alinhados aos interesses das organizações garantindo que os processos e as estratégias sejam seguidas corretamente, e, também a cultura organização de prestação de contas na empresa. Esse alinhamento pode ocorrer por meio três formas: regras, auditorias e restrições de autonomia. Por isso a governança corporativa utiliza como melhores práticas quatro princípios básicos: equidade, prestação de contas, transparência, e responsabilidade corporativa.

Os professores José Paschoal Rossetti e Adriana Solé desenvolveram a metodologia dos 8 Ps para auxiliar na aplicação efetiva das melhores práticas de governança corporativa nas empresas: Propriedade; Princípios; Propósitos; Papéis; Poder; Práticas; Pessoas; Perenidade. Existem diferentes modelos de governança corporativa que buscam fazer valer os as melhores praticas da boa governança.

Quadro 7 – Modelos de Governança Corporativa

Características	Modelo financeiro ou anglo-saxão	Modelo stakeholders ou alemão	Modelo stewardship, ou de representação	Modelo latino-americano
Financiamento predominante	Capital próprio	Dívida	Dívida	Dívida
Propriedade e controle	Dispersão	Concentração	Concentração com cruzamentos	Familiar concentrado
Propriedade e gestão	Separadas	Sobreposta	Sobreposta	Sobreposta
Conflito de agência	Acionistas - direção	Credores – acionistas	Credores – acionistas	Majoritários – minoritários
Proteção legal a minoritários	Forte	Baixa ênfase	Baixa ênfase	Franca
Conselhos de administração	Atuante, foco em direitos	Atuante, foco nas operações	Atuante, foco na estratégia	Vínculos com a gestão
Liquidez da participação acionária	Muito alta	Baixa	Baixa	Especulativa e oscilante
Forças de controle mais atuante	Externas	Internas	Internas	internas
Governança corporativas	Estabelecida	Estabelecida	Baixa ênfase	embrionária
Abrangência dos modelos de governança	Baixa	Alta	Alta	Em transição

Fonte: Rossetti e Andrade (2014, p. 340)



Saiba Mais

GONÇALVES, Alcindo. **O conceito de governança**. 2011. Disponível em: https://social.stoa.usp.br/articles/0016/1432/GovernanA_a100913.pdf

6.2 Informação e Gestão do Conhecimento

O que distingue informação e conhecimento é uma interpretação sutil desses dois termos, porém pode ter grande impacto na administração de uma empresa seja ela pública ou privada, ou o seu porte. Aqui podemos definir informação como um conjunto de dados contextualizados que pode ser resultante de um contrato, de uma tabela, de um livro, de um orçamento, de um relatório ou de

qualquer suporte que apresente contextualização de modo compreensível. Já o conhecimento podemos definir como o uso inteligente das informações, sendo assim mais pessoal, pois varia conforme a mente de quem gera os dados.

Informação (e o conhecimento) é um fator (recurso) de produção como o trabalho, capital e terra; como tal, ela tem um valor (é muito útil no processo de tomada de decisões), um custo (de coleta, armazenamento, processamento e disseminação), certos atributos (exatidão, formato, completeza) e pode ser controlável (gerenciada).

Embora a informação seja um ativo que precisa ser administrado, da mesma forma que os outros tipos de ativo representados pelos seres humanos, capital, propriedade, e bens materiais, ela representa uma classe particular dentre esses outros tipos de ativo e contraria as leis básicas da teoria econômica. As diferenças decorrem do próprio potencial da informação assim como do desafio de administrá-la ou gerenciá-la. A informação é infinitamente reutilizável, não se deteriora nem se deprecia, e seu valor é determinado exclusivamente pelo usuário. (MCGEE, PRUZAK, 1994)

Figura 11 – Diferença entre dados, informação e conhecimento

DADOS	INFORMAÇÃO	CONHECIMENTO
Simple observações sobre o estado do mundo	Dados dotados de relevância e propósito	Informação valiosa da mente humana. Inclui reflexão, síntese, contexto
Facilmente estruturado	Requer unidade de análise	De difícil estruturação
Facilmente obtido por máquinas	Exige consenso em relação ao significado	De difícil captura em máquinas
Freqüentemente quantificado	Exige necessariamente mediação humana	Freqüentemente tácito
Facilmente transferível		De difícil transferência

** Tipologia de Davenport (1998)

Por gestão da informação entende-se a responsabilidade de receber, categorizar, armazenar, manter acessíveis e buscar informações fixadas nos mais variados suportes informacionais como: papéis, arquivos, mídias físicas, mídias digitais, partituras, patentes e em varios outros. Para isso, o gestor deve ter a capacidade de observar de forma critica um item, e agrupá-lo com outros itens semelhantes atribuindo referências que facilite sua recuperação numa futura pesquisa.

Por gestão do conhecimento entende-se um trabalho mais sagaz das informações e da própria gestão da informação, realizando buscas constantes nos variados acervos (externos e internos) para encontrar soluções, recursos, novos mercados, inovações (tecnológicas e/ou administrativos), Exigindo assim um esforço bem maior em termos de raciocínio.

Figura 12 – Dos dados ao conhecimento



A Gestão do Conhecimento vem ganhando grande espaço nas organizações tanto públicas quanto privadas, isso vem ocorrendo devido a globalização da economia e aos avanços tecnológicos que vem transformando a informação em um instrumento fundamental para classificar e diferenciar as organizações

Gestão do Conhecimento (GC) pode ser traduzida como um conjunto de ferramentas e técnicas que auxiliam a organização a identificar, utilizar e gerenciar seu conhecimento para atingir seus objetivos (SANTOS, 2015). E se evidencia por um processo cíclico estruturado por um conjunto de atividades objetivando adquirir, armazenar, disseminar, compartilhar e aplicar o conhecimento de forma eficaz e eficiente conforme as metas da organização.

Tanto a gestão da informação quanto a gestão do conhecimento são processos distintos em relação a competitividade. Porém somente a GC impulsiona de forma direta na capacidade da reinvencção de um negócio e/ou encontrar soluções eficientes na tomada de decisão

6.3 Ética e Responsabilidade Social

Atualmente as empresas, são cada vez mais instigadas a adotar princípios éticos em seu ambiente, e também a assumir as suas reponsabilidades em seus atos relacionados (diretamente ou indiretamente) com os problemas da comunidade – Responsabilidade Social.

A responsabilidade social e a ética estão profundamente ligadas. A ética esta fundamentada na responsabilidade social se expressando em meio aos valores amparados pela organização na condução de suas atividades

6.3.1 Ética

As organizações consideradas eticas “são geralmente aquelas cuja conduta é socialmente valorizada e cujas politicas estão sintonizadas com a moral vigente, subordinando as suas atividades e estratégias a uma reflexão ética prévia e agindo posteriormente de forma socialmente responsável. (ALMEIDA; GALLI, 2014)”.

Para Vazquez (2006, p. 23) ética pode ser definida como sendo a “teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência

de uma forma específica de comportamento humano”. Já para Srour (1998) a ética estuda a moral e a moralidade, analisando as escolhas que os agentes fazem em situações concretas e se as opções escolhidas estão dentro de padrões sociais. Ambos os conceitos ligam a ética à moral.

“As morais têm caráter exclusivamente social, não se aplicam a atos pessoais que não afetem os outros ou que não produzam consequências sobre outrem. Expressam relações de força e formam os núcleos de ideologias. Assim, para conhecer a moralidade de uma organização é preciso antes de tudo saber como se imbricam suas ideologias política e econômica, porque toda ideologia comporta uma moral particular”.

Para Silva (2008) Dilemas éticos são: **ética não é prescritiva**, um conjunto de regras não pode dizer como se comportar em todas as situações); e os **códigos de conduta** servem de orientação geral e podem ser interpretados de diversas maneiras por cada indivíduo.



Refleta



<http://www.youtube.com/watch?v=uOX80Dd0mZ4>

6.3.2 Responsabilidade Social Corporativa

É a obrigação que uma organização tem de agir de maneira que sirva tanto aos interesses próprios como aos interesses da sociedade. Podendo ser dividida em dois níveis: interno e externo. O nível Interno esta relacionado com todos os colaboradores e atividades da empresa internamente e que podem influenciar todo o resultado final dos objetivos. Já o nível externo refere sobre ações da organização sobre o meio ambiente e as consequências finais.

Responsabilidade social deve ser um dos objetivos da organização para contribuir de forma positiva no meio em que vive e na sociedade que a representa. Tanto que geralmente as organizações se envolvem em medidas que trazem cultura e boas condições de vida para a sociedade. A responsabilidade social relacionada com práticas de preservação e conservação do meio ambiente. Assim, uma empresa responsável deve criar políticas responsáveis visando a sustentabilidade

Outro conceito importante é o da responsabilidade social corporativa, que segundo Young (2004), vem se tornando uma ferramenta importante para a sustentabilidade das organizações. Trazendo para esta gestão conceitos que norteia uma gestão socialmente responsável pela ética e transparência social, com seu públicos para o desenvolvimento dos seus negócios, preservando os recursos ambientais e humanos para as gerações futuras e conseqüentemente trazendo vários benefícios para as organizações. Podemos defini-la como sendo o conjunto de ações que beneficiam a sociedade e as corporações que são tomadas pelas empresas, levando em consideração a economia, educação, meio-ambiente, saúde,

transporte, moradia, atividade local e governo.



Refleta

Os benefícios da Responsabilidade Social Corporativa



<https://www.youtube.com/watch?v=9jXFzj5nuk>

6.4 Qualidade na Administração Pública

O desenvolvimento, projeto, produção e assistência de um produto ou serviço que seja o mais econômico e o mais útil possível, proporcionando satisfação ao usuário.

(Ishikawa)

Adequação ao uso, satisfazendo as necessidades do usuário.

(Juran)

Ser definida em termos de vantagens ao consumidor”

(Misuno)

O melhor para certas condições do cliente. Essas condições são o verdadeiro uso e o preço de venda do produto.
(Feigenbaum)

Atender continuamente às necessidades e expectativas dos clientes a um preço que eles estejam dispostos a pagar.
(Deming)

Na administração pública o conceito de qualidade se resume no desempenho contínuo e adequado das instituições, gerando bens e/ou serviços sem deficiências para que a sociedade, sem criar insatisfações e futuras reclamações.

A qualidade é um instrumento multidisciplinar formada por um conjunto de programas, ferramentas e metodos imprescindível na Administração pública , pois busca obter bens e serviços pelo menor custo e de excelência.

A Gestão pela Qualidade Total (TQM) é uma evolução do processo de melhoria contínua que se aplica no nível operacional pressupondo o uso sistemático de ferramentas, técnicas e práticas voltadas para a obtenção, manutenção e aprimoramento da qualidade nas organizações. Com o objetivo avaliar os serviços continuamente. Neste contexto, o controle burocrático é substituído pelo controle gerencial, realizado pelas pessoas envolvidas .

Existem vários programas e ferramentas da qualidade. A questão não é tornar o negócio maior, mas torná-lo melhor quanto à eficiência, eficácia, efetividade e sustentabilidade: Qualidade Total (TQC, TQM, CQT, CWQC ou CQTE;

Qualidade ISO (9000, 9001, 9004); Segurança e Saúde ocupacional (OHSAS 18001); Meio Ambiente (ISO 14001); Responsabilidade Social (AS 8000); JIT, Kaizen, Balanced Scorecard; Reengenharia, Downsizing, Controle de Processo; Housekeeping (5S), Ciclo de Deming (PDCA); Empowerment, Benchmarking, Learning Organizations; entre outros.

Saiba Mais

PALUDO, Augustinho Vicente. Novas tecnologias gerenciais: aplicação e impacto nas organizações. *In*: _____. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p. 203-246.



Unidade 2

POLÍTICAS PÚBLICA

Apresentação da Unidade

Nesta unidade vamos abordar algumas questões importantes sobre Políticas Públicas para poder auxiliar o aluno em seu estudo quando a aprendizagem do apresentado na disciplina. Dessa forma vamos apresentar alguns conceitos primordiais necessários à sua compreensão e sugestão de leituras complementares para estimular o aluno a buscar fontes de informação que amplie o conhecimento acerca da temática tratada

1 Políticas Públicas

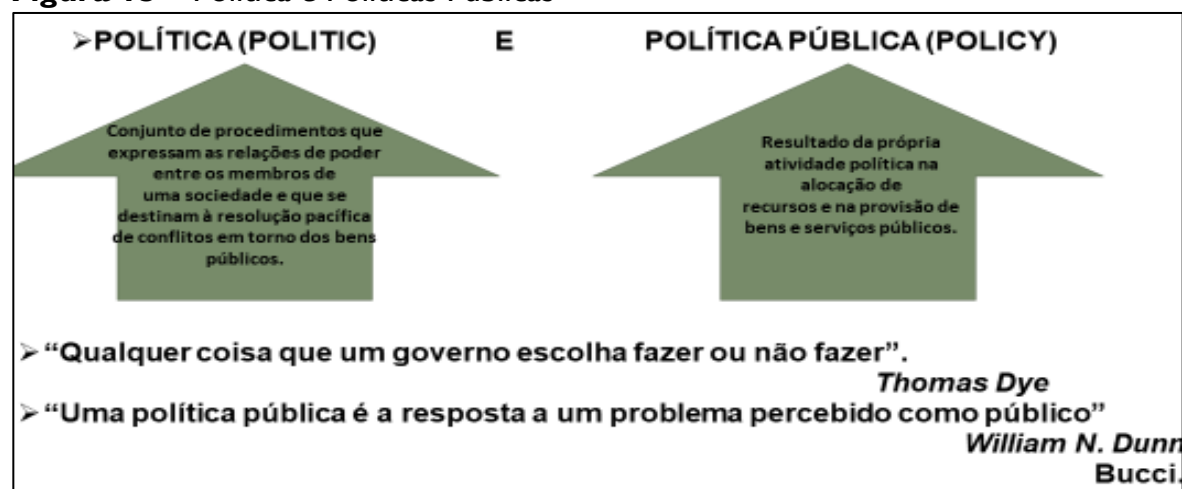
Um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator político ou por um grupo de atores, sobre a seleção dos objetivos e dos meios aptos ao seu alcance no interior de uma situação específica na qual os atores tem, em linha de princípio, o poder de tomar tais decisões”.

William Jenkins

As políticas públicas são um conjunto de programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados
Bucci.

Segundo Souza (2006), as políticas públicas surgiram exatamente como ferramentas das decisões do governo e produto da Guerra Fria, além da valorização da tecnocracia. Nos Estados Unidos foi introduzida por Robert McNamara, que estimulou a criação, em 1948, da RAND Corporation, uma organização não governamental financiada por recursos públicos e considerada a precursora das instituições think tanks (usinas de ideias).

Figura 13 – Política e Políticas Públicas



Fonte: Do Autor

As políticas públicas consistem em planos, programas e projetos desenvolvidos, em grande parte dentro da esfera governamental, com o objetivo de atender às

demandas da coletividade. Dessa forma, entende-se que o governo, assim, é para os indivíduos e não o contrário. Para que uma política seja avaliada como uma política pública, ela deve, em algum grau, ter sido gerada ou pelo menos processada dentro de uma estrutura governamental, com seus procedimentos, influências e organizações (TINOCO et al., 2007, p. 86).



Saiba Mais

O que são políticas públicas?
204 mil visualizações · há 5 anos
Escola da Câmara

4:20

<https://www.youtube.com/watch?v=406y7gDN-ZE>

As políticas públicas serão desenvolvidas, (maior ou menor grau), atendendo a necessidade da sociedade. E devem ser respostas na busca do atendimento os problemas sociais: como saúde, educação, habitação, assistência social, entre outros. Existem oito modelos de análise diferenciada que abarca o conceito de políticas públicas:

- **Modelo institucional:** estudo das políticas governamentais, responsáveis oficiais pelo estabelecimento, implantação e gestão de políticas. Uma política somente será pública ao passar pelas instituições.
- **Modelo de processo:** uma série de atividades políticas – identificação de problemas (ou agenda) e formulação, legitimação, implementação e avaliação de políticas.
- **Modelo de grupos:** quando os indivíduos, formal ou informalmente, se unem para apresentar suas demandas ao governo. A interação entre os grupos é o fato mais importante da política.
- **Modelo de elite:** as políticas públicas fluem de cima para baixo refletindo em maior intensidade as preferências e os valores das elites.
- **Modelo racional:** a melhor política pública é a mais racional. Opta por políticas que revelem ganhos sociais que superem os seus custos. É o custo-benefício social, o que não significa sacrificar valores sociais e políticos em nome de pressupostos meramente monetários.
- **Modelo incremental:** vê a política pública como uma continuação das atividades do governo anterior com apenas algumas modificações incrementais.
- **Modelo da teoria dos jogos:** modelo abstrato e dedutivo das políticas públicas. Não descreve como as pessoas realmente tomam suas decisões, mas sim o modo como procederiam ao tomarem, se elas fossem inteiramente racionais. Tem um conceito-chave na ideia de estratégia, sendo esta aquela capaz de reduzir as perdas e

maximizar os ganhos mínimos.

- **Modelo sistêmico:** encara as políticas públicas como respostas de um sistema político a forças advindas do meio ambiente, que advêm tanto sob a forma de demandas como de apoio ou oriundas de um sistema social. Entende-se meio ambiente como qualquer condição ou circunstância fora das fronteiras do sistema político. As políticas seriam produtos ou respostas oriundas de um sistema (MANTOVANELI JUNIOR, 2006).



Refleta

POLITICAS PUBLICAS São conjuntos articulados de decisões orientadas para a resolução de um problema ou para a realização de um objetivo considerado de interesse público.

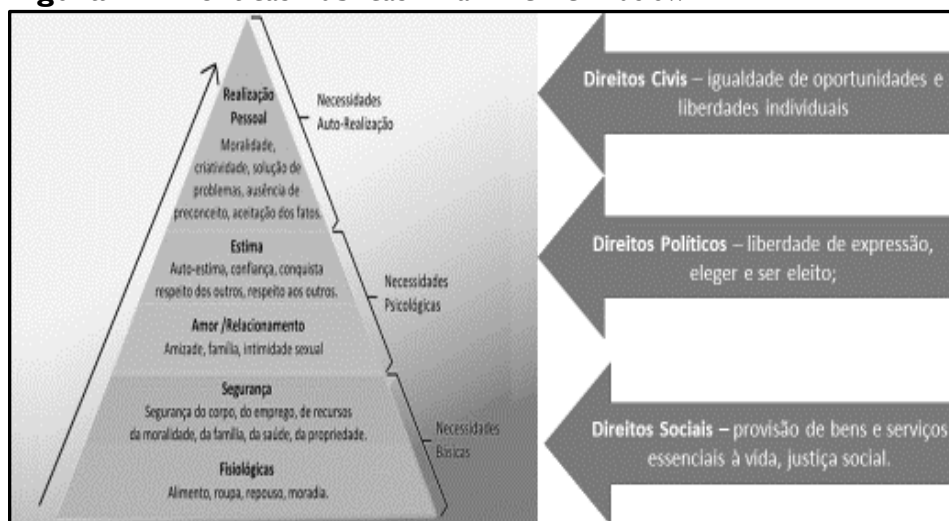
NO QUAL decisões constituem um padrão de atividade governamental a respeito do Assunto

E Aquilo que é de fato realizado e não um conjunto de intenções.

O principal objetivo das políticas públicas é atender uma demandas latente da sociedade, principalmente dos setores mais marginalizados, identificadas por “pessoas” de poder, mas influenciadas por uma agenda, devido a uma pressão e/ou mobilização social. Buscando ampliar e efetivar o direito a cidadania, promovendo o desenvolvimento humano e, são necessárias na regulação de conflitos entre os varios atores sociais (MERIGO; ANDRADE, 2012).

No Brasil, como uma nação em construção social, a prioridade de atuação do estado deve seguir, em linhas gerais, a formulação da Pirâmide de Maslow.

Figura 14 –Políticas Públicas Pirâmide de Maslow



Fonte: Adaptado de <https://blog.betrybe.com/coach/piramide-de-maslow/>

Das várias definições e modelos sobre políticas públicas, podemos apontar os principais elementos descritos por Souza (2006):

- permite diferenciar entre o que o governo pretende fazer e o que deve fazer;
- abarca diversos atores e níveis de decisão, apesar de ser materializada por meio dos governos. Não se restringe

essencialmente aos participantes formais porque outros atores também são importantíssimos no processo;

- é abrangente e não se restringe a leis e regras;
- é uma ação proposital, com objetivos a serem obtidos;
- é uma ação de longo prazo, mesmo que o impactos for a curto prazo;
- está relacionada a diversos processos subsequentes depois de sua decisão e proposição, ou seja, sugere também implementação, efetivação e avaliação.emas sociais da população, como saúde, educação, habitação, assistência social, entre outros.



Saiba Mais

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana C. N. Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas.

Revista Política Hoje, v. 25, n. 1, p. 71-90, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/viewFile/3710/3012>

20 Jogo Político e seu Impacto sobre as Políticas Públicas

O jogo político dentro do contexto administrativo é fundamental para a composição das políticas públicas, principalmente por serem realizadas por meio de operações governamentais. Deve-se perceber que a administração pública é a principal ferramenta, por parte do processo política. Ou seja a administração não possa estar separada da política, pois ela cumpre o papel de dar forma através da implementação, este posicionamento foi defendido pelos primeiros teóricos de organizações públicas, colocando-se de modo crítico a ideia da dicotomia entre administração e política.

Sob o ponto de vista da responsividade, na política pública o foco é no conceito de “moralidade democrática”, em que impacto das políticas públicas é centralizado no cidadão. Sendo fundamentada em princípios que valorize e potencialize este cidadão garantindo que todos possam participar do contexto social, possuindo direitos esta participação é essencial para o desenvolvimento socioeconômico da democracia.

A abordagem de política pública de Lowei é preocupada com a eficácia e a coerção dos atores governamentais inseridos na implementação delas, por serem os principais responsáveis para a sua formulação e o seu desenvolvimento. Lowei destaca que a participação destes atores abarca o conceito de “liberalismo dos grupos-de-interesse”, otimizando o papel do estado e a relação ao governo a sociedade e as partes interessadas, devendo, assim, garantir a acessibilidade de todos na agenda política.

Os modos de coerção governamental são classificados em: regulatório, redistributivo, distributivo e constitutivo. O primeiro envolve coerção imediata àqueles que ultrapassam os limites de comportamento; o segundo implica uma coerção por meio do ambiente, como através do tributo para beneficiar outro grupo; o terceiro envolve coerção remota da conduta individual; e, por fim, o quarto utiliza desta coerção remota aplicada ao ambiente, como na divisão proporcional do poder de representação.

A implementação de uma política pública se dá através de estudos que aparece no momento da formulação e não pode ser elaborada sem estudar sua viabilidade pois corre o risco de ficar somente no papel. Cabe ressaltar que o problema não está na implementação, mas sim nas teorias políticas, econômicas e sociais, que fundamentam a criação de tais políticas.

No contexto do jogo político a formulação de políticas públicas é necessária para um mostrar que o governo é, realmente, eficiente e eficaz. Uma preocupação de Ostrom, que numa “crise intelectual” percebeu que a corrente da teoria de administração pública preocupava-se em demasia com a eficiência dos processos na administração pública dos Estados Unidos (EUA) e para solucionar tal crise, foi elaborado um novo método de estudo, com base em três elementos: no **“individualismo metodológico”** que considera que o indivíduo busca sempre o melhor para si através da racionalidade; **na distinção entre os bens públicos e privados**, já que o primeiro, em princípio, está disponível para o uso de todos; e **adoção de diferentes estruturas de decisão**, para que os indivíduos tenham amplas escolhas com base em sua racionalidade. Esta teoria marca um rompimento radical com a centralização do controle da administração-pública.



Atenção

As políticas públicas são públicas, e não privadas ou apenas coletivas. Essa dimensão pública das políticas públicas não diz respeito à sua incidência populacional ou territorial, mas a seu caráter imperativo. Decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público. Contexto da política pública: Cultura política; Opinião pública; Sistema social (diferentes interesses); Sistema econômico; Contexto institucional; Relações federativas; Separação de poderes; Sistema partidário

Mas esse Jogo Político ainda possui defeitos causando impactos sobre a implementação de Políticas Públicas ocorrem defeitos pois os indivíduos sempre agem de acordo com a razão, emoção e sentimento que não garante a eficácia do sistema. Por isto acadêmicos debatem constantemente sobre este tema.



Saiba Mais

DENHARDT, R. B.; CATLAW, T. J. Ênfase em Políticas Públicas e a nova Gestão Pública. In: _____. **Teorias da administração pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. p. 181-234.



3 Tipos de Políticas Públicas

Podemos afirmar que toda política pública é social, mas nem toda política social é pública. As políticas públicas são compostas elementos centrais e que depende do envolvimento governamental como a: percepção de um problema; a definição de um objetivo; e a configuração de um processo de demandas.

Figura 15 –Políticas Públicas e Políticas Sociais



Fonte: do Autor

As demandas de políticas públicas podem ser: novas, que resultam do surgimento de novos atores políticos o novos problemas; recorrentes: expressam problemas não resolvidos ou ma resolvidos; e reprimidas: aquelas constituídas sob um estado de coisa ou por não decisão.

As políticas podem ser classificadas quanto a sua natureza podendo ser estruturais, quando intervém nas relações estruturais (Renda, emprego e produtividade); ou conjunturais (emergenciais) para comedir alguma uma situação temporária.

Também pode ser classificadas quanto à sua abrangência, podendo ser universais (voltadas a todos os cidadãos); segmentais (por um fator determinado, como a idade); ou fragmentadas (direcionadas a grupos sociais).

E ainda, classificadas, quanto aos impactos causados, estão divididas em distributivas (distribuição de benefícios individuais); redistributivas (redistribuição de recursos entre os grupos sociais) ou regulatórias (definição de regras e procedimentos).

Existem vários tipos de Políticas Públicas construídos por meio fundamentação teórica de importantes teóricos e que contribuem para entender o eixo central de cada temática e que ajudam a classificar temas, atores, instituições e estilos envolvidos no processo. Os principais modelos são: Inter setoriais, entre níveis de governo; e internacionais de fenômenos político-administrativos (SECCHI, 2010).

- Tipologia de *Wilson* se baseia na ideia da distribuição dos custos e benefícios da política pública na sociedade: **Política clientelista** (enquadram no estilo clientelista e os benefícios são concentrados em determinados grupos, os custos são altos e distribuídos na sociedade); **Política de grupos de interesses** (os benefícios e custos estão voltados para certas categorias); **Política empreendedora** (benefícios coletivos, e os custos são direcionados para algumas categorias, interesses coletivos diferentes); **Política majoritária** (os custos e benefícios são difundidos pela coletividade) (SECCHI, 2010).
- Tipologia de *Gormley* tem uma capacidade de influir e chamar a atenção do público e seu nível de complexidade é alto, necessitando de conhecimento específico para a sua formulação e implementação: **Política de audiência** (de simples elaboração, isso do ponto de vista estrutural, mas que pretendem atrair grande atenção da população); **Política de baixo calão** (rotinas administrativas para os agentes públicos); **Política de sala de reuniões** (baixa capacidade de chamar a atenção da coletividade e pelo conhecimento técnico, essencial para formatar os desenhos desta política pública); **Políticas de sala operatória** (densas e com apelo popular) (SECCHI, 2010).
- Tipologia de *Gustafsson* tem com principais características o conhecimento e a intenção do policymaker: **Política real** (incorporação da intenção de solucionar um problema público com o conhecimento para solucioná-lo. Tendem a ser as políticas públicas ideais); **Política simbólica** (os policy makers chegam a ter condições de elaborar as políticas, mas não demonstram tanto interesse em colocá-las em prática); **Pseudopolíticas** (os policy makers até querem que suas políticas funcionem, mas não têm conhecimento); **Política sem sentido** (sem conhecimento específico e que é vazia de intenções)(SECCHI, 2010).
- Tipologia de *Bozeman* e *Pandey* se baseia na distinção entre os conteúdos técnico e político. As baseadas no conteúdo político apresentam conflitos importantes de objetivos. E as de conteúdo técnico tem pouco conflito do objetivos mas aparecem conflitos relacionados a seu método (SECCHI, 2010).
- Tipologia de *Lowi* baseia-se no critério de “impacto esperado na sociedade”. **Políticas regulatórias** (padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados). **Políticas distributivas** (benefícios voltados a alguns grupos de atores e custos longos para os contribuintes); **Políticas redistributivas** (benefícios a determinadas categorias de atores e provocam custos altos para outras categorias de atores); **Políticas constitutivas**: (definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas) (SECCHI, 2010).

Os analistas de políticas públicas pode efetuar sua análise usando uma das tipologias citadas acima ou ainda pode criar uma nova tipologia, por meio do desenvolvimento indutivo que “[...] se baseia na capacidade do pesquisador em estabelecer um critério diferente para a verificação de uma variável ou estabelecer novas categorias analíticas para a classificação dos fenômenos (SECCHI, 2010, p. 24).”

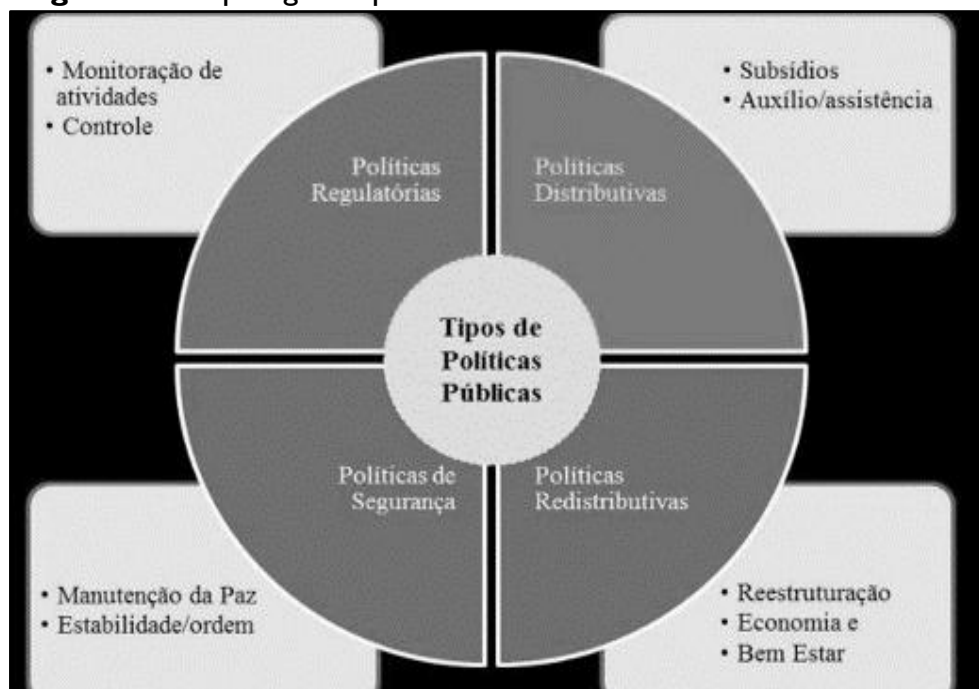
As políticas públicas do Brasil são elaboradas a partir do modelo estabelecido por de Lowi: Políticas Distributivas; Políticas Constitutivas ou de infraestrutura; Políticas Regulamentares; Políticas Redistributivas; Políticas Específicas.



Saiba Mais

LIMA, Luciana Leite. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/214553/01068171.pdf?sequence=1>. Acesso em: out. 2022.

Figura 16 –Tipologia de políticas Públicas Molelo de Lowi



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Representacao-dos-tipos-de-politica-publica_fig2_329637980

3.1 Políticas Distributivas

São as que possuem objetivos pontuais relacionados ao oferecimento de serviços do estado e equipamentos por isso o financiamento é feito pela sociedade por meio de um orçamento público que beneficia grupos pequenos ou indivíduos de distintas camadas sociais. Geralmente tem pouca oposição na sociedade.

No Brasil o uso desse tipo de política é mais desenvolvido pelo Legislativo e criou

força com a criação da LOAS (Lei Organica de Assitencias Social), que passou a dar mais Legitimidade aos serviços de assistência social. Este tipo de politica atinge a parte da população mais pobre pois apresenta necessidades individuais devido a falta de recurso para todos.

Outro fator é que este publico representar uma força daquele político que troca esse assistencialismo por votos. Como exemplo: “Um programa de crédito a baixo custo oferecido a pequenos empreendedores que queiram montar seu negócio [...] Problema: necessidade de geração de emprego e renda” (SECCHI, 2012, p. 08).

3.2 Políticas Constitutivas (Infraestrutura)

São as que ditam as “regras do jogo”, ou seja são elas que dizem como, por quem e quando as políticas públicas podem ser criadas, estipulam competências, normas e formas da sociedade participar. “São chamadas meta-polícies, porque se encontram acima dos outros três tipos de políticas e comumente moldam a dinâmica política nessas outras arenas” (SECCHI, 2012,).

As regras de distribuição de competência entre os três poderes e do sistema político eleitoral, de relações intergovernamentais e da participação da sociedade civil nas decisões políticas são exemplo de políticas constitutivas como: “uma lei que obrigue partidos políticos a escolher seus candidatos em processos internos de seleção e posteriormente 6 apresentar listas fechadas aos eleitores [...] Problema: debilidade dos partidos políticos brasileiros, infidelidade partidária por parte dos políticos” (SECCHI, 2012, p. 08).

3.3 Políticas Regulamentares (Regulatorias)

Essa politicas têm a ver com a criação e a fiscalização de leis e normas que garantam o bem comum. Criam nomar para o funcionamento dos Serviços Públicos. Instituem modelos de comportamentos, princípios de conduta para a comercialização de produtos, entre outras regulamentações, com a finalidade de assegurar o bem-estar da coletividade. E “estabelece padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados” (SECCHI, 2012, p. 17).

Formando padrões de comportamento como por Exemplo: “Uma lei que obrigue os motociclistas a usar capacetes e roupa adequada [...] Problema: altos níveis de acidentes com motociclistas em centros urbanos” (SECCHI, 2012, p. 08).

Além do código de trânsito, podemos citar os assuntos relacionados ao aborto, eutanásia, proibição de fumo em locais fechados, regras para publicar certos produtos como políticas regulatórias.

3.4 Políticas Redistributivas

Visam redistribuir a renda em forma de financiamento em serviços e equipamentos e na forma de recursos. Aqui os responsáveis por financiar a

classes menores, os beneficiários, é a classe mais altas da sociedade. Como por exemplos o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

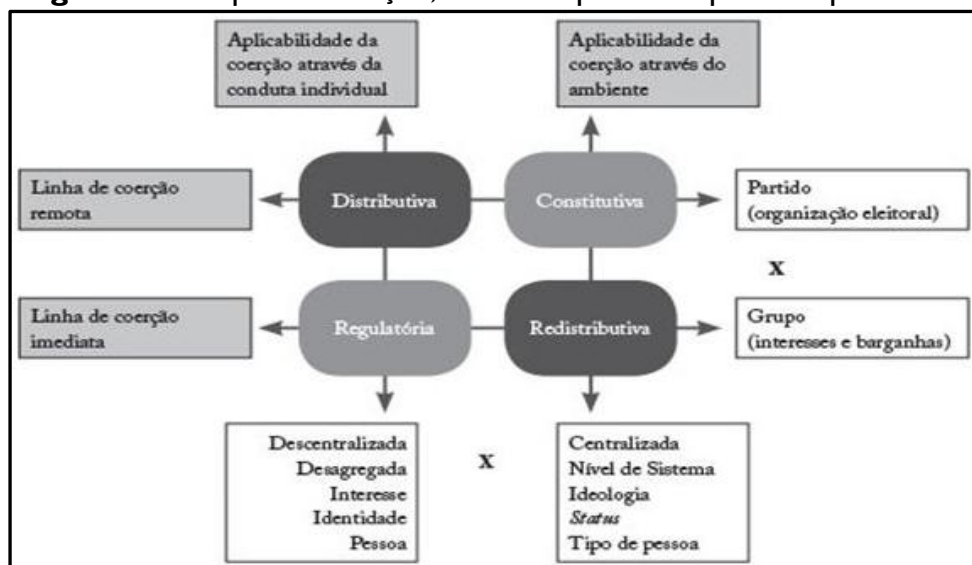
Tem mais chances de discordância, pois a parte da população que é “penalizada”, costuma ser mais organizada politicamente. Exemplo: “A instituição de um novo imposto sobre grandes fortunas, que transfira renda de classes abastadas para um programa de distribuição de renda para famílias carentes [...] Problema: concentração de renda” (SECCHI, 2012, p. 08).

Alguns governos redistribui “os valores” não só na forma financeira, mas como serviços disponibilizados pelo governo como forma de reduzir a resistência dessas camadas da sociedade.

3.5 Políticas Específicas

São aquelas ações permanentes que se dirigem ao atendimento das necessidades próprias e específicas de diversos grupos da população. Exemplos de Políticas Públicas Específicas: política de saúde materna; política de prevenção e tratamento do câncer de próstata e pênis, que é específica para os homen.

Figura 17 – Tipo de coerção, atividade política e políticas públicas



Fonte: Adaptado de Lowi (1972)



Saiba Mais

GELINSKI, Carmen Rosário Ortiz G.; SEIBEI, Erni José. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 42, n. 1-2, p. 227-240, abr./out. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267950523_Formulacao_de_politicas_publicas_questoes_metodologicas_relevantes.

4 Policy cycle (Ciclo de Políticas Públicas)

Para a formulação de políticas públicas é importante estudar as ações futuras, de forma estratégica, tática e operacional. Por isso é fundamental traçar o planejamento de modo a delinear o Plano (é o ponto de partida para um programa ou projeto indicando as estratégias e diretrizes pretendidas e quem irá desempenhar cada função, podem ser de curto, médio ou longo prazo); Programa (é o aprofundamento do plano, onde são apresentados os objetivos gerais e específicos que deverão num documento que aborda a política e suas diretrizes fundamentais); e Projeto (sistematiza, ordena e funda os objetivos para a execução de uma ação estabelecido no plano e sistematizado nos programas) a serem seguidos para a sua execução.

O planejamento é o “desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas proporciona uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos empresariais que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz (OLIVEIRA 2005, p. 36).

O planejamento “[...] é a formulação de um conjunto de decisões, devidamente integrado, que expressa os propósitos de uma empresa, de uma instituição e condiciona os meios para alcançá-los” (PAIVA, 1999, p. 19).

O planejamento envolve cinco etapas: Identificação do problema ou oportunidade (identifica, pesquisa e analisa o problema; determinação dos objetivos: (definem os objetivos estabelece metas e soluções relacionadas a cada situação); tomada de decisão coletiva: (desenvolvimento, das estratégias para enfrentar cada questão, como ser aplicada, e quem vai resolver); execução (o plano, programa ou ação são colocados em prática); e avaliação e monitoramento (estratégias adotadas para verificar se os resultados estão surtindo o efeito desejado) (PIERITZ , 2010).

E ainda existem alguns princípios específicos do planejamento: **Planejamento participativo** (participação de todos os envolvidos direta ou indiretamente); **Planejamento coordenado** (estabelece uma ordem de prioridades e as ações devem estar sincronizadas); **Planejamento permanente** (deve ser constante e as ações devem ser pensadas constantemente, porque a empresa precisa estar “antenada” com o mercado). (PIERITZ , 2010).

O planejamento em três níveis: **nível estratégico** (possibilita estabelecer o rumo a ser seguido, com vistas a obter um nível de otimização). **nível tático** (são as decisões tomadas por cada setor para alcançar as metas e objetivos); e **nível operacional** (o plano é colocado em ação em cada unidade organizacional).

A “[...]formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. (SOUZA, 2006, p. 7). É neste contexto que iremos estudar o ciclo das políticas públicas que “[...] ajuda a organizar as ideias, faz com que a complexidade de uma política pública seja simplificada e ajuda políticos, administradores e pesquisadores a criar um

referencial comparativo para casos heterogêneos” (SECCHI, 2010, p. 34).

Assim, a estruturação das políticas públicas passa pelo todo organizado de suas fases, as quais basicamente são: agenda, formulação, implementação e avaliação, que originam outras ramificações. Tais fases organizam e simplificam os passos e ideias na condução das políticas, como forma de orientação para sua idealização e implementação. Vamos agora conhecer um pouco sobre cada etapa do processo de formulação de uma política pública, etapas estas em processo dinâmico de aprendizado

Figura 18 – Ciclo de Vida das Políticas Públicas



Fonte: https://www.administracao.gov.br/files/2511_DiretrizesParaGestoPorProcessosV0109.pdf



Saiba Mais

OLLAIK, Leila Giandoni; MEDEIROS, Janann Joslin. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. **Revista de Administração Pública** [on-line], v. 45, n. 6, p. 1.943-1.967, 2011.

4.1 Identificação do Problema

A política pública nasce de um problema público. Assim, para iniciarmos o processo de formulação de uma política pública, “[...] o problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública (SECCHI (2010, p. 34))”

A identificação do problema é necessária “[...] a noção de que estratégia é o sinônimo daquilo que é mais importante para a organização (ou comunidade) e que a vontade organizacional é expressa pela vontade e anseios das pessoas que a constituem, por seu ambiente e suas contingências”. (MANTOVANELI JUNIOR, 2006, p. 81).

Cabe ressaltar que nem sempre um problema “[...] é reflexo da deterioração de uma situação de determinado contexto, mas sim de melhora da situação em

outro contexto”. (SECCHI, 2010, p. 34).

Para se identificar um problema é preciso levar em consideração os seguintes aspectos: percepção do problema; definição ou delimitação do problema; avaliação da possibilidade de resolução.

Quem identificar um problema público geralmente são os agentes políticos, organizações não governamentais e partidos políticos.



Atenção

POLÍTICAS PÚBLICAS
AO SEU ALCANCE

Temas ▾ Destinatários ▾

Participe da construção das políticas públicas

Informe-se e acompanhe a atuação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais no ciclo das políticas públicas.

- Entenda o site
Pretende-se facilitar o ...
- O que é política pública?
Resultado de atividades políticas ...
- A ALMG no ciclo de políticas públicas
O Poder Legislativo participa da ...
- O que é monitorar?
Acompanhar sistematicamente a ...

[Saiba mais](#)

Participe da construção das políticas públicas
<https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/index.html>

4.2 Construção da Agenda

Na agenda são estabelecidos quais os problemas, assuntos ou demandas da sociedade, e que os agentes políticos identificam e/ou escolhem ou são instigados a identificar e/ou escolher.

É impossível para os atores públicos concentrarem suas atenções e atenderem a todos os problemas existentes em uma sociedade, dado que estes são abundantes e os recursos necessários para solucioná-los, escassos. Por isso, é necessário que se estabeleçam quais questões serão tratadas pelo governo. O processo de definição da lista de principais problemas da sociedade é chamado de Formação da Agenda. Tal processo envolve a emergência, o reconhecimento e a definição das questões que serão tratadas e, como consequência, quais serão deixadas de lado. (LOPES; AMARAL; CALDAS; 2008, p. 10)

Algumas condições para que um problema faça parte da agenda são: atenção; resolubilidade; e competência. Algumas vezes um problema também pode sair e acontecer devido a: limitação de recursos humanos, financeiros e materiais; falta de tempo, de vontade política ou de pressão popular (SECCHI, 2010).

A escolha de uma política pública e a sua inserção na agenda governamental depende do a ser aplicado, da definição de prioridades da população e da gestão e quais os incentivos que resultarão a política escolhida. E mesmo que após inserida na agenda, não significa que será considerada prioritária pois ainda vai depender

de diversos fatores: vontade política, mobilização popular e a percepção de que os custos de não resolver o problema serão maiores que os custos de resolvê-los.



Saiba Mais

REIS, Elisa P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. **RBCS**, v. 18 n. 51, fev. 2003. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbcso/a/mBFymW7Hvzb43xbwXrj6d7s/?format=pdf&lang=pt>

4.3 Formulação de Políticas

Após o problema ser inserido na agenda é hora de definir quais ações que serão adotadas para solucioná-lo o que acontece em um espaço político de trocas de informações, indeterminações de situações, conflitos, demandas populacionais e poder. A “[...] definição das alternativas é o instrumento supremo de poder, porque a definição de alternativas é a escolha dos conflitos, e a escolha dos conflitos aloca poder” (SECCHI, 2010, p. 37).

Nesta etapa é “[...] o momento em que deve ser definido qual é o objetivo da política, quais serão os programas desenvolvidos e as metas almeçadas, o que significa a rejeição de várias propostas de ação. Certamente essa escolha, além de se preocupar com o posicionamento dos grupos sociais, necessita ser feita ouvindo o corpo técnico da administração pública, inclusive no que se refere aos recursos – materiais, econômicos, técnicos, pessoais, entre outros – disponíveis” (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008, p. 12).

A formulação pode ser feita por: • projeções (base em dados apresentados através de séries temporais e que dependem de fontes seguras de informações); predições (aceitação de ideias, proposições ou analogias e procuram antever as consequências das várias políticas); e conjecturas (a partir de aspectos intuitivos ou emocionais dos policy makers (SECCHI, 2010, p. 39).

E sua eficácia “depende diretamente do grau de articulação entre os poderes e agentes públicos envolvidos. Portanto, ao formular uma política pública é necessário considerar determinados aspectos, como: ‘os princípios jurídicos da administração pública, os condicionamentos legais à contratação de funcionários ou serviços, as formas de organização jurídica da administração direta e indireta, além dos dados materiais geridos pela administração” (BUCCI, 2002, p. 250).

4.4 Processo Decisório

Após a formulação de alternativas, o próximo passo é a tomada de decisão que, “[...] representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas” (SECCHI, 2010, p. 40).

É o momento em que se escolhem as alternativas de ação para responder aos

problemas constantes na agenda governamental e as escolhas “são expressas em leis, decretos, normas, resoluções, entre outros atos da administração pública.” (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008, p. 13).

Nessa fase o processo a ser seguido, “primeiramente deverá se decidir quem participará do processo, se este será aberto ou fechado. Caso venha a ser aberto, é preciso determinar se haverá ou não uma consulta ampla aos beneficiários. No caso de se prever tal tipo de consulta (como, por exemplo, no Orçamento Participativo), é necessário estabelecer se a decisão será ou não tomada por votação, as regras em torno da mesma, o número de graus (direta ou indireta) que envolverá a consulta que será feita etc. LOPES; AMARAL; CALDAS, (2008, p. 13). Existem vários modelos para explicar o processo de tomada de decisão o quadro abaixo vai demonstrar os principais.

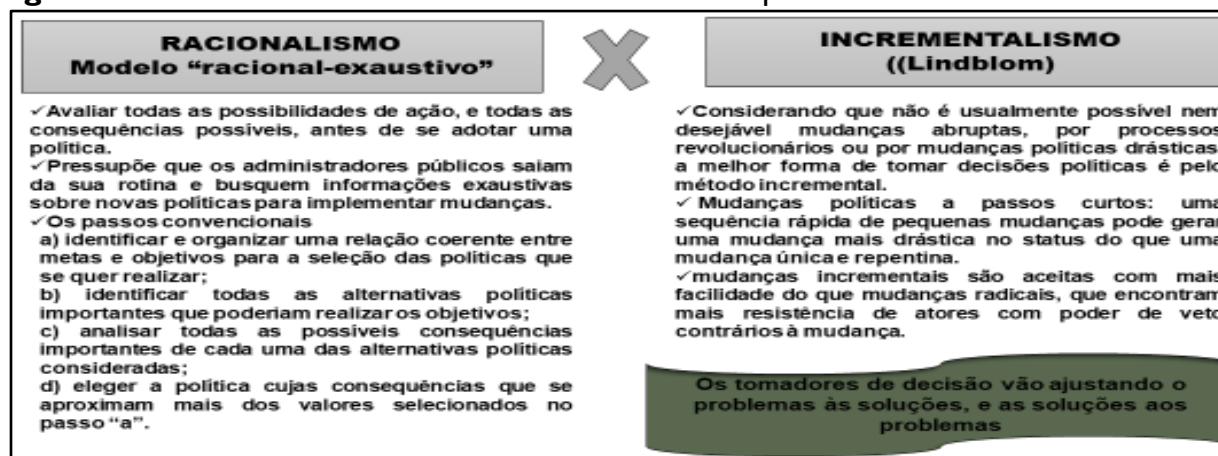
Quadro 8 – Síntese dos modelos de tomada de decisão

Modelos	Condições cognitivas	Análise das alternativas	Modalidade de escolha	Critério de decisão
Racionalidade absoluta	Certeza	Análise completa e cálculo de consequências	Cálculo	Otimização
Racionalidade limitada	Incerteza	Pesquisa sequencial	Comparação das alternativas com as expectativas	Satisfação
Modelo incremental	Parcialidade (interesses)	Comparações sucessivas limitadas	Ajuste mútuo de interesses	Acordo
Modelo de fluxos múltiplos	Ambiguidade	Nenhuma	Encontro de soluções e problemas	Casual

Fonte: adaptado de Secchi (2010, p. 44)

Os modelos apresentados no quadro pode ser um importante auxílio para os atores das políticas públicas. Na figura abaixo destacamos dois modelos de tomada de decisão bastante conflitante devido a suas diretrizes.

Figura 19 – Dois modelos conflitantes merecem destaques



Fonte: adaptado de Secchi (2010, p. 44)

Diante do exposto, a tomada de decisão para uma política pública deve ser delineada de forma participativa e democrática, permitindo-se a mediação e a resolução de todos os pontos conflitantes.

4.5 Implementação

É nesta etapa do ciclo que são produzidos os resultados efetivos do processo. Onde as “[...]regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações” (SECCHI, 2010, p. 44). Portanto, é neste momento que o que foi planejado, pensado, proposto para a política pública passa a entrar em vigor.

É o momento em que o planejamento e a escolha são transformados em atos e o corpo administrativo é o responsável pela execução da política, cabendo a ele a chamada ação direta, ou seja, a aplicação, o controle e o monitoramento das medidas definidas (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008).

Estudar esta fase é importante, pois permite avaliar e identificar através de algumas ferramentas as barreiras e os erros que podem ocorrer e “[...] também significa visualizar erros anteriores à tomada de decisão, a fim de detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados, otimismo exagerados” (SECCHI, 2010, p. 45).

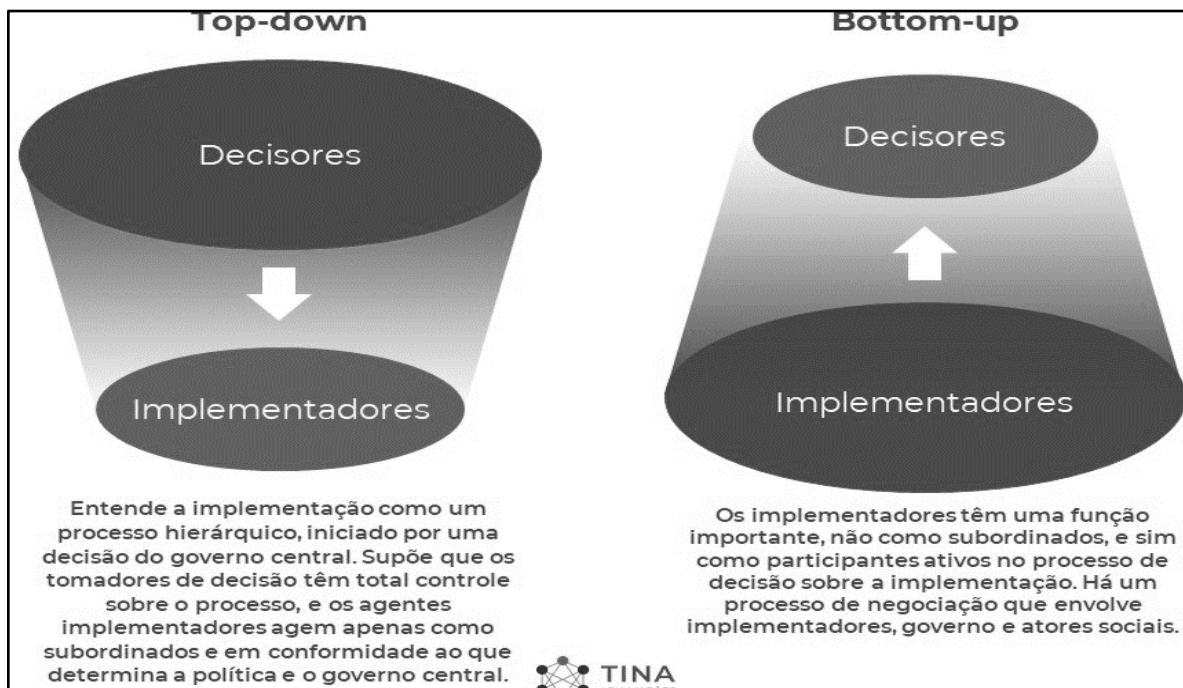
Existem dois modelos de implementação: o de cima para baixo, que é a aplicação descendente ou, em outras palavras, do governo para a população; e o de baixo para cima, quando a aplicação se dá de forma ascendente.

Onde o “modelo de cima para baixo representa um modelo centralizado, e apenas um número muito pequeno de funcionários participa das decisões e opina na forma da implementação das políticas públicas. Ele repete uma concepção hierárquica da administração pública, segundo a qual a decisão tomada pela administração pública seja acatada e cumprida pelos demais envolvidos, sem questionamentos” (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008, p. 15).

E o modelo, de baixo para cima é caracterizado pela descentralização, ou seja, ele supõe a participação dos beneficiários ou do usuário final das políticas em questão. Neste modelo temos uma perspectiva participativa das políticas públicas, o que é possível pelo contato direto do cidadão com o aparato da administração pública, com os beneficiários sendo chamados a participar de todo o processo.

Os dois modelos ainda são tratados com outra nomenclatura por o *modelo top-down* e o *modelo bottom-up* e contribuem para a análise realizada na pesquisa sobre implementação. Em síntese, esta fase é propriamente dita a ação do que foi visto até então, e o pesquisado e o identificado tornam-se um ato, que deverá ter seu embasamento nas demandas da população, no interesse público, na aplicação dos recursos disponíveis e na resolução dos problemas identificados.

Figura 20 – Impementação de Política Públicas



Fonte: <https://www.sigalei.com.br/blog-saude/advocacy-a-implementacao-da-politica>

4.6 Avaliação de Políticas Públicas

A avaliação da política pública é um “[...] processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática”. É depois da implementação que será necessário identificar se a política pública cumpriu ou vem cumprindo tudo o que foi planejado nas etapas anteriores (SECCHI, 2010, p. 49).

Elemento essencial para uma política pública eficiente, eficaz e efetiva mas não deve ser realizada apenas no final de uma política e, sim, em todo o seu ciclo, a fim de contribuir para o êxito da política pública através da obtenção dos resultados propostos e esperados mediante os recursos aportados.

A avaliação permite: gerar informações úteis para a implantação de futuras políticas públicas; prestar contas dos atos realizados; justificar as ações e explicar as tomadas de decisões; corrigir e prevenir desvios e falhas; responder se os recursos, que são escassos perante as demandas ilimitadas, estão produzindo os resultados esperados e da forma mais eficiente, eficaz e efetiva possível; identificar as barreiras que impedem o sucesso de um programa; promover o diálogo entre os vários atores individuais e coletivos envolvidos no processo; fomentar a coordenação e a cooperação entre esses atores. (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008)

A avaliação considera o impacto gerado e os resultados originados pela política, analisando as ações desenvolvidas e servindo como um meio de aprendizado para os atores públicos. O processo avaliativo utiliza como ferramenta o *Accountability* para verificar se a política pública está surtindo o efeito esperado em sua concepção.

4.6.1 Accountability

É um conjunto de mecanismos que permitem que os gestores e/ou atores prestem contas e sejam responsabilizados pelo resultado de suas ações dentro da empresa. O termo *accountability* não tem uma tradução para a língua portuguesa, porem podemos relacionar seu significado com: responsabilização, fiscalização e controle social.

A *accountability* pode ser aplicado tanto nas instituições privadas quanto nas instituições publicas, no qual tem mais usabilidade por conta da participação democrática.

Nas instituições públicas o *accountability* tem como objetivo a redução dos riscos oriundos da concentração de poder alem de assegurar a participação da sociedade de forma que se trabalha para uma gestão democrática. Tambem exige dos gestores públicos transparência com a sociedade em relação a suas atividades.

Podemos dividir a *accountability* em dois tipos:

- **Vertical:** que acontece quando há uma relação hierárquica entre aquele que detém o poder e aquele que faz a fiscalização e exige a prestação de contas: o Estado e a população respectivamente. Como exemplo podemos citar as eleições, pois ao votar a o cidadão pode ou não eleger um candidato e a escolha desse candidato se da com base nas informações que a sociedade possui sobre cada um deles.
- **Horizontal:** Que acontece quando há um controle mútuo de instituições, ou seja, entre órgãos públicos. Temos como exemplo o controle que os três poderes (executivo, legislativo e judiciário) fazem entre si. Tambem temos o controle realizado pelas agências reguladoras.

É importante que o processo de Prestação de Contas seja estruturado como uma rotina regular da OSC (Organização da Sociedade Civil). Para tanto, a ONGs e os Parceiros Voluntários sugere uma sucessão de passos que levam a OSC à prática de uma Prestação de Contas eficaz que são: Conscientização e envolvimento; Programas, projetos e ações; Ajuste contábil e jurídico; Auditoria externa; Divulgação; Assistência aos públicos.



Refleta



O conceito de accountability, por João Cordeiro

<https://www.youtube.com/watch?v=Ab3YXikk644>

4.7 Extinção

As políticas públicas são idealizadas, tomam corpo, desenvolvem-se e são colocadas em prática, até chegarem ao seu fim, neste caso, sendo extintas. As causas da extinção de uma política pública podem ocorrer quando: quando o problema público que culminou com a geração da política é solucionado; os métodos que alimentavam a política pública são identificados como ineficazes; e quando o problema público, mesmo que não resolvido, perdeu sua importância, saindo das agendas formais e políticas (SECCHI, 2010).

As políticas públicas também podem ter fim dependendo do momento histórico que se vive, pois mudanças de reformas, mandatos e orçamento contribuem para que estas políticas sejam extintas ou substituídas (SECCHI, 2010).

As vezes ocorre que políticas públicas “[...] após um período de maturação, institucionalizam-se e criam vida própria. Não são raros os casos em que uma política pública continua viva mesmo depois que o problema que a gerara já tenha sumido”. Os beneficiários da política já estão acostumados com este processo e por si só continuam a dar vida à política (SECCHI, 2010, p. 54).

5 Indicadores de Políticas Públicas

Os indicadores são instrumentos indispensáveis no processo de elaboração e gestão de políticas públicas e serve de base para qualquer tipo de monitoramento ou avaliação de planos ou de ações governamentais.

No processo de gestão das políticas públicas, os indicadores são necessários para o monitoramento e a avaliação dos resultados obtidos, sempre tendo em vista que, no âmbito da avaliação das políticas públicas, mais importante que ‘medir’ os resultados é saber se a sociedade está satisfeita com eles, pois, no ambiente democrático contemporâneo, a relação do Estado com a sociedade é uma relação de parceria. Nesse contexto, avaliar uma política pública é fundamentalmente ‘medir’ a sua efetividade (QUEIROZ, 2009, p. 201).

Os indicadores podem ser compreendidos como as informações verbais e escritas utilizadas para realizar o monitoramento e a avaliação de determinado projeto ou programa, não se trata apenas de um dados, mas de uma metrica que permite inserir atributos como impacto, resultado e qualidade. os indicadores podem ser classificados em:

- Indicadores de resultados: Indicadores de resultados para produtos (atividade de intervenção, medindo os produtos em termos físicos); Indicadores de resultados para objetivos (fornecem a informação quantitativa acerca do nível do êxito alcançado pelo programa, podendo cobrir tanto aspectos quantitativos como qualitativos desse êxito.
- Indicadores de impacto: oferecem informações sobre aspectos mais amplos, como a situação socioeconômica e ambiental, e estão frequentemente fora do controle direto de um programa (QUEIROZ,

2009, p. 201).

Os indicadores possuem critério e servem como ponto de partida para as escolhas ou julgamentos baseando em valores que auxiliam o gestor a definir se uma política funcionou corretamente ou não e precisam ser os precursores para a elaboração e execução de uma política, pois “[...] sua noção de sucesso ou fracasso [...] depende obviamente dos [...] propósitos [...] e das razões que levaram o analista a avaliar tal política” (MANTOVANELI JUNIOR, 2006, p. 55).

Existe cinco principais tipos de critérios utilizados em avaliações: economicidade (utilização de recursos); eficiência econômica (relação entre os recursos usados e a produtividade); eficiência administrativa (adequação da execução aos métodos definidos anteriormente); eficácia (alcance das metas ou objetivos definidos anteriormente); equidade (homogeneidade da distribuição de benefícios entre as pessoas que receberão a política) (SECCHI, 2010).

Os critérios são operacionalizados através de indicadores que, “[...] são artifícios (proxies) que podem ser criados para medir input, output e resultado (outcome)” (SECCHI, 2010, p. 50).

- *Input*: indicador relacionado aos gastos financeiros, recursos humanos e materiais. Mede esforços;
- *Output*: diz respeito à produtividade de serviços/produtos, mede realizações;
- *Resultado*: efeitos das políticas públicas sobre os atores e a capacidade de resolver ou diminuir o problema inicial. Mede realizações.

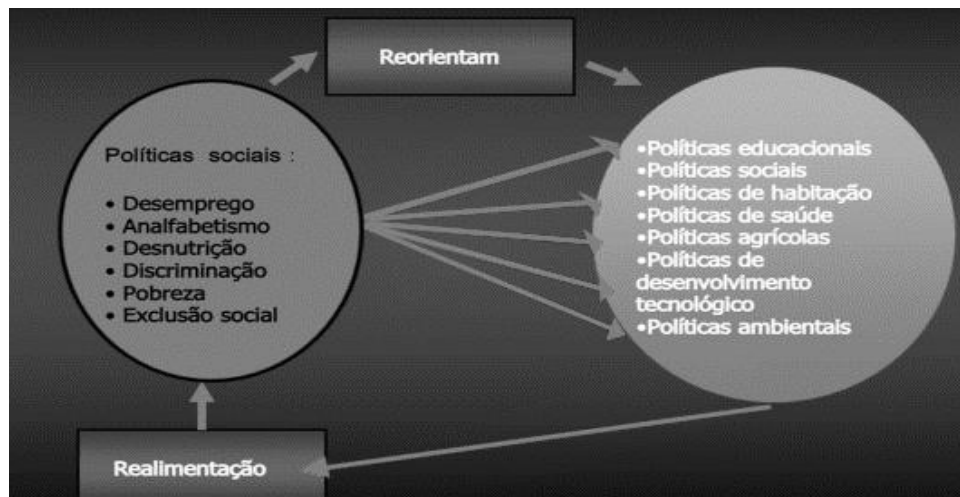
Os indicadores são recursos “metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma” (CUNHA, 2006, p. 9)

6 Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo

Os estilos de políticas públicas são “procedimentos operacionais padrão de elaborar e implementar políticas” e podem variar de acordo com a abordagem na resolução de problema (proativo a reativo) e pela relação dos atores (consensual a impositivo). Assim são compreendidas como o “Estado em ação” pois é direcionada a todas as parcelas da sociedade.

As políticas publicas que mais se aproximam da vida cotidiana da sociedade são organizadas por setores e denominadas políticas públicas setoriais. “São ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (HOEFLING, 2001, p. 2).

Figura 21 – Políticas públicas setoriais



6.1 Políticas Públicas Setoriais de Meio Ambiente

É o programa de ação para a preservação do meio ambiente, através dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. Com o objetivo de manter o meio ambiente saudável para atender as necessidades humanas atuais, sem comprometer o atendimento das necessidades das futuras gerações.

As Políticas Públicas de Meio Ambiente vão atuar sobre as modificações causadas no meio ambiente pelo uso/descarte de bens/detrimentos gerados pelas atividades humanas.

Tem que incorporar o desenvolvimento sustentável (DS) como referência de suas ações, planos, programas, projetos e regulamentações. Embora muito debatido e pouco materializável, o DS é forçosamente interdisciplinar, isto significa que precisa de regulamentação para implementá-lo deve integrar às práticas de gestão.

6.2 Políticas Públicas Setoriais de Habitação

São instrumentos com o objetivo de garantir à população o acesso à moradia digna, buscando uma forma de solucionar o déficit habitacional no país, principalmente entre as classes menos favorecidas. Moradia digna inclui instalações sanitárias adequadas, é atendida por serviços públicos essenciais, incluindo água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, pavimentação e transporte coletivo, e tem acesso a equipamentos sociais básicos.

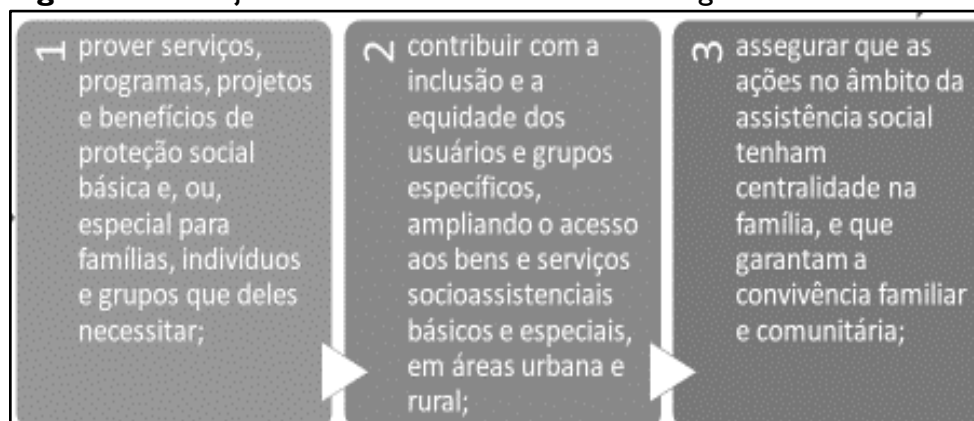
Principais desafios: Implementar o modelo de construção participativa através da Autogestão dos beneficiários; Diminuir a corrupção e o desvio de verbas e recursos; Promover a distribuição de moradias nas classes menos favorecidas; Criar mecanismos de acesso a instrumentos urbanos nos povoamentos existentes; Gerenciar os conflitos urbanos.

6.3 Políticas Públicas de Seguridade social

São consideradas políticas públicas de seguridade social aquelas que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade e da oferta de um conjunto de serviços que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.(CF, 1988)

Figura 22 – Objetivos das Políticas Públicas de Seguridade social



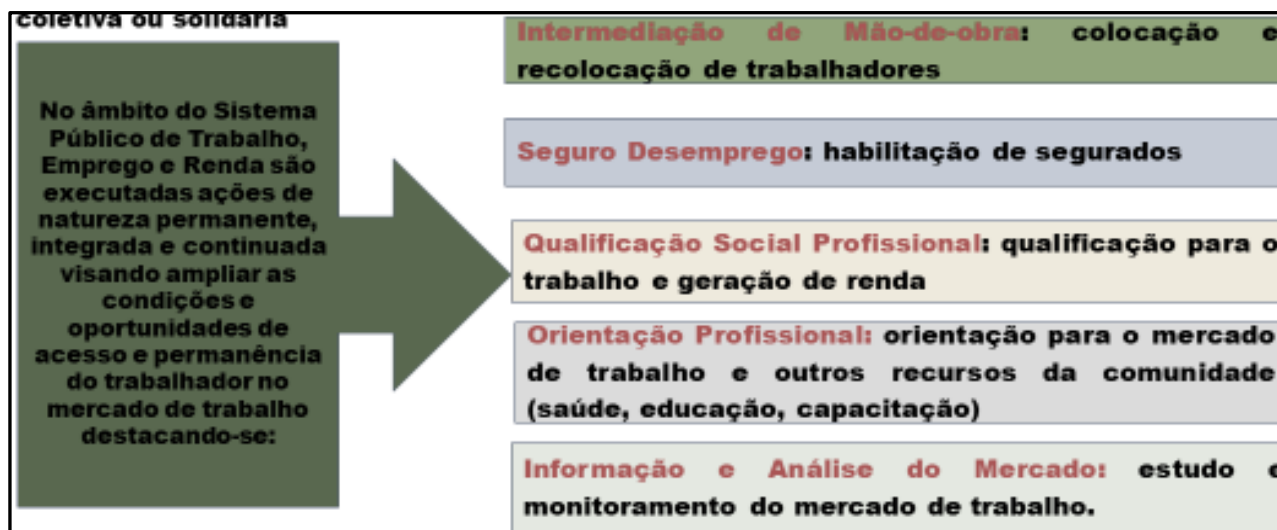
Principais desafios: relaxamento do vínculo contributivo como princípio estruturante do sistema (saúde e previdência); universalização do acesso e a expansão da cobertura; recuperação e redefinição de patamares mínimos dos valores dos benefícios sociais; maior comprometimento do Estado com o sistema, projetando um maior grau de provisão estatal pública; instituição de novas regras para os benefícios vinculados à Previdência Social; reconhecimento da assistência social como responsabilidade pública na garantia de atendimento a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social; instituição de um benefício monetário continuado e não contributivo aos idosos e deficientes sem meios de prover a sua manutenção (BPC).

6.4 Políticas Públicas de Trabalho e Geração de Renda

As políticas públicas de trabalho, emprego e renda consistem num conjunto de ações que tem como foco a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho formal, através do emprego ou do mercado informal, por formas alternativas de geração de renda individual, coletiva ou solidária

No âmbito do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda são executadas ações de natureza permanente, integrada e continuada visando ampliar as condições e oportunidades de acesso e permanência do trabalhador no mercado de trabalho destacando-se:

Figura 23 – Objetivos das Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda



Fonte: do Autor

Principais desafios: aumentar a probabilidade de obtenção de trabalho, emprego e renda; elevar a escolaridade dos trabalhadores, através de articulação com outras políticas públicas; reduzir os níveis de desemprego e sub-emprego; inclusão social, redução da pobreza, combate a discriminação; aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão, taxa de rotatividade e possibilitando a sobrevivência do empreendimento individual e coletivo; elevação da produtividade, competitividade, salário e renda; formação integral do trabalhador (técnica, intelectual, cultural e cidadã).

6.5 Políticas Públicas Setoriais de Educação

São emanadas pelos Estados e municípios, como qualquer outra política pública. É implicar em escolhas e decisões, que envolvem indivíduos grupos e instituições. É um processo que só existe quando a educação assume uma forma organizada, seqüencial, ditada e definida de acordo com as finalidades e os interesses .

6.6 Políticas Públicas Setoriais de Saúde

São conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados, visando assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico. Um exemplo desse tipo políticas públicas de setoriais de saúde é o SUS que amplia os direitos sociais e busca assegurar a cidadania.

6.7 Políticas Públicas Setoriais de Segurança Pública

A segurança pública passou a ser considerada problema fundamental e principal desafio ao estado de direito no Brasil na constituição de 1988. Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é

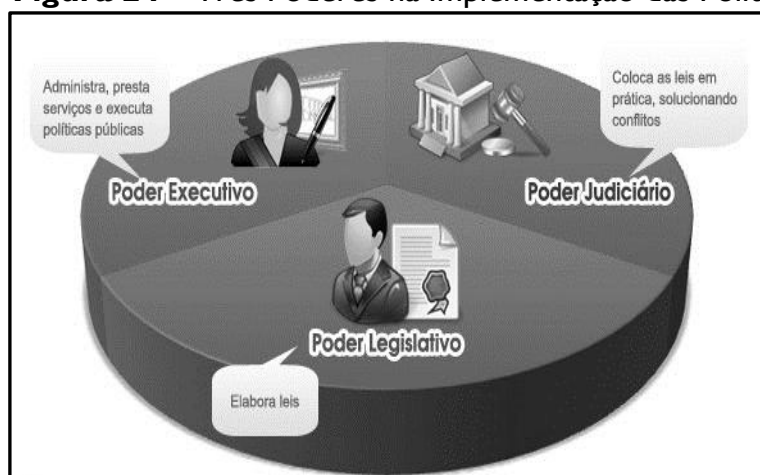
exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade de todas as pessoas e do patrimônio. Passando estar presente em vários debates de especialistas e também o público em geral. Para ser pública de fato, a segurança pública precisa ser de todas as pessoas e feita por todas as pessoas. É a garantia dos direitos de todos numa sociedade. Políticas Públicas de Segurança Pública não dependem somente de um conjunto de práticas e de iniciativas múltiplas, em diferentes áreas de atuação.

7 Papel dos Três Poderes na Implementação das Políticas Públicas

Para a construção de políticas públicas é essencial a compreensão do funcionamento do Estado para que a sociedade possa identificar quais órgãos e instituições são responsáveis por determinados aspectos da sua formulação e sua implementação. O Estado democrático de direito possui a seguinte estrutura:

- **Poder executivo** responsável pela administração do aparelho estatal, pela execução das leis e pela representação do estado internacionalmente. É composto pelo Presidente (Federal) e seus ministros, pelos governadores (Estaduais) e prefeitos (Municipais);
- **Poder Judiciário** responsável pela aplicação da lei e guardadora da Constituição Federal. É composto por juizes e desembargadores.
- **Poder Legislativo** responsável pela elaboração e fiscalização das leis, além de exercer controle financeiro-orçamentário (vigilando as contas públicas do executivo). É composto pelos deputados (federais e estaduais). Senadores, e vereadores (municipais).

Figura 24 – Três Poderes na Implementação das Políticas Públicas



Fonte: <http://geografianaminhavidablogspot.com/2016/11/a-divisao-dos-tres-poderes-no-brasil.html>

O planejamento das políticas públicas, sua criação e a execução, é realizada em um trabalho em conjunto desses três Poderes. O Poder Legislativo ou o Executivo podem propor políticas públicas. O Legislativo cria as leis referentes a uma determinada política pública e o Executivo é o responsável pelo planejamento de ação e pela aplicação da medida. Já o Judiciário faz o controle da lei criada e

confirma se ela é adequada para cumprir o objetivo.

8 O Papel dos Atores no Processo de Políticas Públicas

Atores são todos que participam e/ou influenciam o ciclo das políticas públicas, seja um indivíduo, grupo ou organização, desempenham algum papel neste processo (SECCHI, 2010).

Atores sociais são aqueles que se envolvem direta ou indiretamente nos processos relacionados às diversas etapas das políticas públicas e têm: [...] capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da política pública. São os atores que conseguem sensibilizar a opinião pública sobre problemas de relevância coletiva. São os atores que têm influência na decisão do que entra ou não na agenda. São eles que estudam e elaboram propostas, tomam decisões e fazem que intenções sejam convertidas em ações (SECCHI, 2010, p. 77).

O atores sociais tanto podem ser encontrados no setor público quanto no privado são: da administração pública; políticos; empresários; pesquisadores; organizações não governamentais; sindicatos e associações de classe; grupos de pressão; grupos religiosos; sociedade; agentes internacionais (ONU, Banco Mundial); e mídia.

Figura 25 – Categorias de atores



Fonte: do Autor

O atores envolvidos na gestão das políticas públicas são classificados em:

- Ator individual: pessoa que age intencionalmente em uma arena política (como os políticos, juizes, burocratas, formadores de opinião, entre outros);
- Ator coletivo: grupos e organizações que agem intencionalmente em uma arena política que se articula em prol de uma causa, que tem a mesma opinião (como partidos políticos, organizações, sociedade

- civil, movimentos);
- Atores governamentais (políticos, designados politicamente, burocratas e juizes)
- Atores não governamentais (grupos de interesse, partidos políticos, meios de comunicação, destinatários das políticas públicas, organizações do terceiro setor e outros stakeholders, como fornecedores, especialistas etc.).

Quadro 9 – Papel dos Atores

Etapas	Formulação			Implementação	Avaliação
	Identificação e institucionalização do problema	Formulação de soluções e ações	Tomada de decisão		
Atividades	Valores; acontecimentos; interesses; demandas e agenda pública	Elaboração e avaliação de resposta. Seleção de critérios	Encontrar uma coalização majoritária, legitimação	Execução, gestão, efeitos concretos	Reações, julgamentos sobre os efeitos, medição, avaliação, proposta de reajuste.
Atores	Partidos, movimentos sociais, associações, mídia, administração pública, ONGs, et.	Parlamentos, associações, administração pública, organizações políticas e sociais, ONGs, etc.	Parlamento, presidente, ministros, governadores, prefeitos, etc.	Administração pública, ONGs, empresas privadas.	Mídia, especialistas, administração pública, responsáveis políticos, organizações políticas e sociais, associações destinatários, ONGs

Fonte: <https://www.redalyc.org/journal/3232/323246418011/html/>

9 Principais Desafios para a Gestão Pública no Brasil e no Mundo

O gestão das políticas públicas requer um vasto conhecimento sobre as temáticas envolvidas, as necessidades da população e os recursos disponíveis. Por isto ela depara alguns desafios que existem e dependem de solução alcançar o resultado almejado, resolvendo os problemas que a originaram. Um dos grandes desafios a ser enfrentado, na atualidade da administração pública, se refere as possibilidades de concretizar os direitos previstos na constituição de 1988.

Assim, as políticas públicas exercem um papel importante no setor público quanto à promoção de bem-estar das pessoas. Ao longo da história, diversos fatores econômicos e sociais estiveram atrelados ao desenvolvimento das políticas públicas, como a industrialização, infraestrutura, instabilidade econômica e desigualdade (PAIVA, 2010).

Hoje as temáticas estão mais ligados ao desenvolvimento do país e da sociedade e suas necessidades prementes, onde fatores como infraestrutura e economia sempre fizeram parte dos problemas públicos, já outros, como sustentabilidade ambiental e globalização, entraram com o decorrer da evolução da sociedade.

Logo, um dos grandes desafios das políticas publicas na atualidade está em acompanhar toda esta evolução, identificar e conhecer suas novas situações e

atuações no que tange às demandas populacionais, bem como não perder de vista as demandas antigas, porém sempre necessárias. Sendo um dos principais desafios na gestão das políticas, o de “manter o equilíbrio fiscal e aumentar a eficiência e a eficácia das políticas públicas” (PAIVA, 2010, p. 7).

O “[...] equilíbrio fiscal é condição necessária para a sustentabilidade das políticas públicas” (PAIVA, 2010, p. 8). “Equilíbrio fiscal significa que o Estado deverá pautar sua gestão pelo equilíbrio entre receitas e despesas. Dessa forma, toda vez que ações ou fatos venham a desviar a gestão da equalização, medidas devem ser tomadas para que a trajetória de equilíbrio seja retomada” (ARAÚJO, 2006, p. 10).

Figura 26 – Desafios para a Gestão Pública



10 Responsabilidades de cada ente da Federação quanto às Políticas Públicas

As responsabilidades pelas políticas públicas dentro da organização político-administrativa do país estão divididas em três esferas representativas: a União, os estados e os municípios.

As competências da União estão mais direcionadas à representação do Estado, dentro e fora do espaço geográfico em que se encontram inseridas. Dessa maneira, corresponde a um centro estratégico responsável por responder às questões internacionais, como a preocupação com as atividades nucleares, as políticas ambientais, os programas de desenvolvimento nacional, entre outras.

Os estados respondem pelo desenvolvimento regional. Assim, exercem o papel de formulador das políticas estaduais conforme as carências regionais, respondendo diretamente ao governo central e tornando-se a ligação entre os municípios e a União.

Algumas das competências municipais são: legislar sobre assuntos locais, suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; instituir e arrecadar os tributos de sua competência e aplicar suas rendas, organizar e prestar

os serviços públicos de interesse local, entre outras.

10.1 Participação Social

Para que as políticas públicas sejam formuladas e implementadas a fim de beneficiarem a sociedade é preciso que haja participação ativa por parte da sociedade. O Estado deve dispor dos mais diversos mecanismos de participação social para que a população esteja cada vez mais próxima das etapas que compõem o ciclo de políticas públicas.

Nesse sentido, os conselhos participativos, plebiscitos e tantos outros mecanismos têm sido fundamentais nas últimas décadas, promovendo um salto qualitativo na relação Estado e sociedade. A Lei de Acesso à Informação e o Orçamento Participativo são dois grandes exemplos de instrumentos fundamentais para a participação social.

10.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) possui a finalidade de estabelecer parâmetros dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), com vistas a garantir a realização das metas e objetivos estabelecidos no Plano Plurianual (PPA). Assim sendo é função da LDO ajustar as ações dentro de possibilidades de execução, dentro daquilo que está estatuído no PPA

Na LDO devem ser estabelecidas as regras relativas aos valores que o governo pretende economizar para investir, os limites de despesas definidos para cada um dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e do Ministério Público, valores para despesas e pagamentos de pessoal e alterações tributárias, entre outros.

Outro instrumento importante para auxiliar no cumprimento dos objetivos e princípios das políticas públicas é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Que busca, na verdade, é reforçar o papel da atividade de planejamento e, mais especificamente, a vinculação entre as atividades de planejamento e de execução do gasto público.

Cabe aos gestores públicos obedecer rigorosamente à previsão de gastos que consta na LOA. Para que o planejamento e a avaliação do rendimento dos recursos públicos e das prioridades de aplicação do orçamento seja possível de se concretizar.

11 Estado frente às Demandas dos Cidadãos por Novas Políticas Públicas

Conforme classificação as demandas podem ser:

- Demandas novas: são aquelas que não existiam ou que não eram capazes de forçar o sistema político a se manifestar, são oriundas de novos problemas políticos ou novos atores.

- Demandas recorrentes: trazem problemas não resolvidos ou mal resolvidos e que já passaram pelo sistema político, porém de maneira ineficaz.
- Demandas reprimidas envolvem aquelas problemáticas não autorizadas na agenda governamental, ou que não foram reconhecidas como pontos críticos pela população, nem pelos agentes políticos.

11.2 Políticas Públicas do Governo Atual

Muitos acreditam que o modelo de desenvolvimento político atual é uma ameaça as políticas públicas, pois é hegemônico e que aponta os interesse para apenas uma parcela da população, a que tem o poder econômico e político. Pois, segundo alguns estudiosos, a realidade histórica e institucional desfavorece. Atualmente ocorre uma certa dificuldade em colocar em prática os pilares da Constituição de 1988, referência na inserção de políticas públicas democráticas, universais e de inclusão.

O cientista político Benedito Tadeu César afirma que nosso governo atual pode comprometer nossa políticas públicas. Segundo ele “As políticas do governo federal podem ser consideradas desastrosas, com um aumento nos gastos públicos e eliminação das políticas sociais. Está sendo produzido um um caos social, econômico e político no país” e a crise política e econômica atual “é resultado do avanço de um pensamento e das práticas neoliberais e pelo desmonte do Estado de bem-estar social”.

“O atual estágio de desenvolvimento da economia capitalista mundial globalizada não vê de maneira positiva a democracia, pois ela permite que os setores menos privilegiados da população tenham algum nível de voz ativa e de interferência na definição das políticas quando elege representantes que minimamente pensem nos interesses desses segmentos populares. Uma vez que esses dirigentes são eleitos, intensifica-se o controle e regulação da economia e principalmente das políticas sociais de bem estar social, como saúde, educação, transporte, retirando recursos do setor bancário e do setor financeiro”.



Saiba Mais

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana C. N. Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas.

Revista Política Hoje, v. 25, n. 1, p. 71-90, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/viewFile/3710/3012>

e) Se as duas afirmações são falsas.

5. (FCC /2013) O modelo burocrático de Max Weber é um modelo organizacional disseminado nas administrações durante o século XX em todo o mundo. O modelo burocrático é atribuído a Max Weber porque o sociólogo alemão analisou e sintetizou suas principais características. não corresponde a essas características o que está expresso em:

- a) caráter racional e divisão do trabalho.
- b) hierarquia de autoridade.
- c) impessoalidade nas relações.
- d) relação de coesão ou de antagonismo.
- e) caráter formal das comunicações.

6. (FCC /2013) A Administração pública gerencial, implantada a partir dos movimentos de modernização e reforma do Estado que ganharam ênfase nos anos 1990, possui como características:

- a) descentralização dos processos decisórios, formas flexíveis de gestão, remuneração por desempenho, competição administrativa e orientação para o cidadão-cliente.
- b) concentração dos processos decisórios, aumento dos controles de fluxo de trabalho e foco no treinamento e capacitação dos servidores.
- c) inversão do conceito clássico de hierarquia, com redução dos níveis inferiores e aumento dos intermediários, com ênfase no controle dos processos internos.
- d) verticalização das estruturas organizacionais, com aumento dos níveis hierárquicos superiores, departamentalização e especialização dos setores para tomada de decisões estratégicas.
- e) horizontalização das estruturas organizacionais, centralização dos processos decisórios, introdução de mecanismos de controle de processos e foco no cidadão-cliente.

7. (FCC /2011) Ao relacionar os diversos modelos teóricos de Administração Pública é correto afirmar:

- a) Os modelos, em seu desenvolvimento, culminam no gerencial, sem que suas formas antecessoras deixem de existir inteiramente.
- b) O modelo gerencial pressupõe o foco central no controle, formalização de processos e no empenho periférico em resultados.
- c) O modelo burocrático supera o patrimonial em uma época em que o enfoque neoliberal pressupõe o fortalecimento do Estado perante a coisa privada.
- d) As maiores diferenças entre o modelo gerencial e o burocrático na administração pública estão relacionadas ao profissionalismo e à impessoalidade.
- e) O modelo patrimonialista ressalta o poder da administração pública na gestão de seus órgãos, tendo por finalidade o bem comum.

8. (FCC /2012) Com relação à introdução do paradigma pós-burocrático na administração pública brasileira, considere:

- I. A partir de meados dos anos 1990 houve flexibilização e, posteriormente, ruptura do modelo burocrático, tendo em vista que as organizações públicas abandonaram a racionalidade formal como paradigma de ação.
- II. Apesar de todas as mudanças recentes, as organizações ditas pós-burocráticas ainda estão vinculadas à lógica racional-legal, base do modelo criado por Max Weber.
- III. A organização pós-burocrática teria como principais características a centralização e a estruturação em redes hierarquizadas articuladas por fluxos verticais de informação.
- IV. As organizações pós-burocráticas podem ser caracterizadas como orientadas para a solução de conflitos e problemas, e estão baseadas na participação, confiança e compromisso de todos em torno de resultados.
- V. O tipo organizacional pós-burocrático é construído em torno de processos tecnologicamente

intensivos, fortemente preocupados pela formação de consensos baseados no personalismo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II, III e IV.
- b) II e IV.
- c) III e V.
- d) I, II e III.
- e) III, IV e V.

9. (FCC/2010) Com relação à administração pública burocrática considere.

I. Surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, com o objetivo de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista.

II. Esse modelo de gestão possui como princípios orientadores a profissionalização, ou seja, a ideia de carreira e hierarquia funcional, a impessoalidade e o formalismo.

III. Os pressupostos da administração burocrática são a confiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles, administradores públicos, dirigem demandas.

IV. O controle pode transformar-se na própria razão de ser do funcionário; voltando-se para si mesmo, perdendo a noção de sua missão básica, que é servir à sociedade.

V. A administração burocrática tem como principal qualidade a efetividade no alcance dos resultados; seu foco central é a eficiência do Estado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I, II, III e V.
- c) II, III e IV.
- d) II e V.
- e) III, IV e V.

10. (FCC/2009) NÃO constitui característica do modelo de Administração Pública Burocrática, que tem entre seus principais expoentes Max Weber,

- a) utilização de critérios eminentemente políticos para contratação e promoção de funcionários, em detrimento da avaliação por mérito.
- b) ênfase na ideia de carreira e profissionalização do corpo funcional público.
- c) estrutura hierárquica fortemente verticalizada, impessoalidade e formalismo.
- d) rigidez do controle dos processos, com predominância do controle da legalidade como critério de avaliação da ação administrativa (due process).
- e) rotinas e procedimentos segundo regras definidas a priori, em detrimento da avaliação por resultados

11. (FCC /2013) Considere a tabela que segue:

Modelos da Gestão Pública	Características dos Modelos
I. Burocrático	1. Representa o tipo ideal da dominação racional-legal weberiana.
II. Patrimonialista	2. Abre espaço para a atuação de novas figuras institucionais, como as Parcerias Público-Privadas e Organizações da Sociedade Civil.
III. Gerencial	3. Típico das monarquias absolutistas.

Na primeira coluna estão relacionados os três tipos consagrados de modelos para a administração do Estado; a segunda coluna apresenta três características referentes aos modelos. A alternativa que apresenta a associação correta é:

- a) I-3, II-2, III-1.
- b) I-3, II-1, III-2.
- c) I-2, II-1, III-3.

- d) I-1, II-2, III-3.
- e) I-1, II-3, III-2.

12. (FGV/2017) Ao analisar os documentos relativos à prestação de contas de ente público, os analistas de um órgão de controle e fiscalização se detiveram em um contrato específico de prestação de serviços em que todas as regras de licitação e contratação foram cumpridas. Porém, segundo os analistas, o contrato não atendia ao interesse público, principalmente por ter sido executado em período de crise econômica, em que diversos serviços essenciais sofreram cortes, e investimentos prioritários não foram realizados. A observação dos analistas está alinhada com o seguinte princípio básico de governança no setor público:

- a) accountability;
- b) equidade;
- c) eficiência;
- d) legitimidade;
- e) responsabilidade.

13. (FGV/2017) Quando um ente da administração pública capacita seus colaboradores para que, como agentes de governança, tenham zelo pela sustentabilidade da organização, visando sua longevidade, sob a perspectiva da ordem social e ambiental, há um claro alinhamento com o princípio da:

- a) accountability;
- b) eficiência;
- c) equidade;
- d) legitimidade;
- e) responsabilidade.

14. (FCC/2018) A expectativa da sociedade de que a gestão pública seja eficiente, eficaz e efetiva pode ser atendida, no que concerne à:

- I. eficiência, pelo uso racional dos recursos disponíveis e sua otimização.
- II. eficácia, pela disponibilização à população das ações e serviços nos prazos demandados.
- III. efetividade, pelo controle de legalidade da atuação da Administração.

Está correto o que consta APENAS de

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I.
- e) I e II

15. (FCC/2016) A atuação da Administração pública vem sendo, cada vez mais, pautada e avaliada por critérios de eficiência, eficácia e efetividade. Nesse contexto, considere:

- I. Uma ação administrativa é considerada eficiente quando contempla o uso racional e econômico de insumos para sua consecução.
- II. A efetividade de uma ação administrativa depende do nível de atingimento das metas estabelecidas internamente e não, necessariamente, de seus efeitos externos.
- III. A eficácia de uma ação administrativa corresponde ao grau máximo de sucesso da referida ação, consistente na satisfação das necessidades da sociedade em relação àquela demanda.

Está correto o que consta APENAS em

- a) II e III.
- b) II.
- c) III.

- d) I e III.
- e) I.

16. (FCC/2018) Considere as assertivas abaixo, relativas à atuação da Administração Pública.

I. A atuação eficiente da Administração relaciona-se com o uso adequado dos insumos na produção de bens e serviços.

II. Uma ação administrativa é considerada efetiva quando atinge as legítimas expectativas dos administrados.

III. Eficácia diz respeito à governança no âmbito interno da Administração, traduzindo a relação entre os diversos agentes envolvidos e a população.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I.

17. (FGV/2015) Sobre os planos, tradução formal do processo de planejamento das organizações, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

() Os planos estratégicos referem-se à organização como um todo e às estratégias de longo prazo.

() Os planos práticos traduzem os objetivos operacionais das unidades de nível intermediário.

() Os planos operacionais têm duração de curto prazo e podem ser readaptados em função do contexto.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, F e F.
- b) V, V e F.
- c) V, V e V.
- d) F, V e V.
- e) V, F e V.

18. (FGV/2015) Com relação aos conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, analise as afirmativas a seguir.

I. Eficiência é a medida relacional entre os resultados obtidos e os recursos utilizados.

II. Efetividade é a medida de entrega obtida na vida real frente aos estudos de eficácia.

III. Eficácia consiste na entrega do resultado desejado na forma mais rápida possível.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

19 (FGV /2015) Em relação às distinções entre eficiência e eficácia, assinale V para afirmativa verdadeira e F para a falsa.

() Ser eficiente é entregar o que é pedido dentro do prazo solicitado.

() Ser eficaz é entregar, mesmo fora do prazo estipulado, o que foi pedido.

() Ter foco na eficácia é alcançar os objetivos sem se preocupar com a forma de como alcançá-los. As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, F e F.
- b) F, F e V.
- c) F, V e V.
- d) V, F e V.
- e) V, V e V.

20 (FMP/2015) Tendo em vista a avaliação de programas e projetos, considere as assertivas:

I – Efetividade: impacto dos resultados alcançados ou pretendidos pelo programa ou projeto sobre a população-alvo. Corresponde ao grau de atingimento dos objetivos pretendidos pelo programa ou projeto.

criatividade.

24. (IBFC/2020) Segundo o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995, assinale a alternativa que traz corretamente características da Administração Gerencial.

- a) Na Administração Pública Gerencial o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real
- b) A Administração Pública Gerencial surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista
- c) Na Administração Pública Gerencial a estratégia volta-se para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade e para o controle ou cobrança a posteriori dos resultados
- d) Na Administração Pública Gerencial os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre a priori, assim, parte-se de uma desconfiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas.

25. (AOC/2016) As seguintes afirmações acerca do modelo de administração pública gerencial estão corretas, EXCETO:

- a) o comportamento esperado pelo servidor ou administrador público na forma de regulamentos exaustivos.
- b) as atividades, estruturas e procedimentos estarem codificados em regras exaustivas para evitar a imprevisibilidade.
- c) a contratualização de resultados a serem alcançados, com explicitação mais clara de aportes para sua realização e incentivos ao desempenho superior.
- d) o constante monitoramento dos meios, especialmente dos procedimentos adotados pelos membros da administração no cotidiano de suas atividades.
- e) ser incompatível com a lógica e as demandas de uma sociedade civil estruturada, urbana e uma economia de mercado.

26. Mais do que a obrigação de informar é o desejo de disponibilizar, para as partes interessadas, as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. este princípio de governança corporativa é denominado:

- a) equidade
- b) prestação de contas
- c) transparência
- d) compliance
- e) responsabilidade corporativa

27. O princípio que se caracteriza pelo tratamento justo de todos os sócios e demais partes interessadas (stakeholders) é denominado de:

- a) transparência
- b) equidade
- c) prestação de contas
- d) responsabilidade corporativa
- e) orientação por processos

28. (Cesgranrio/2009) Accountability, Governabilidade e Governança são categorias muito utilizadas pelos cientistas políticos e por profissionais especializados na área de administração pública, cujos conceitos são importantes para a compreensão da formulação e da implementação das políticas públicas. Nesse contexto, como se caracteriza o conceito de Governabilidade?

- a) Conjunto dos mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade, o que implica expandir e aperfeiçoar os meios de interlocução e de administração do jogo

de interesses.

- b) Capacidade governativa em sentido amplo, envolvendo a capacidade de ação estatal na formulação e implementação das políticas, tendo em vista a consecução de metas coletivas.
- c) Condições sistêmicas mais gerais sob as quais se dá o exercício do poder numa dada sociedade, refletindo características do sistema político, como a forma do governo, as relações entre os poderes, o sistema partidário e de intermediação de interesses.
- d) Efetividade das políticas públicas elaboradas por governos, caracterizadas pelo rigor dos mecanismos que induzem os decisores a prestar contas dos resultados de suas ações, garantindo a transparência.
- e) Prestação de contas pelo governo à Sociedade como fator de exposição pública das políticas.

29. (FUNDEP/2019) Considerando o eixo da gestão pública e seu objetivo de trabalhar em favor do interesse público, analise a definição a seguir.

Pode ser entendido(a) como o conjunto de mecanismos e procedimentos que induzem os gestores públicos a prestar contas dos resultados de suas ações à sociedade, garantindo-se dessa forma maior nível de transparência e exposição social das políticas públicas. Quanto maior a possibilidade e a capacidade de os cidadãos poderem discernir se os governantes estão agindo em função do interesse da coletividade e sancioná-lo apropriadamente, mais alinhado a esse conceito é o governo.

A qual conceito o parágrafo se refere?

- a) Accountability.
- b) Poder vinculado.
- c) Consórcio público.
- d) Auditoria governamental.

30. (FUNDEP/2019) Leia o fragmento a seguir. “A governabilidade tem na governança seu meio de atuação. Assim, uma boa governança auxilia no processo de legitimação dos governos e aumenta sua governabilidade.” PALUDO, Augustinho. Administração Pública. Elsevier: Rio de Janeiro, 2013, p. 13.

Em relação ao fragmento, analise as afirmativas.

- I. A governabilidade, como Paludo aborda, refere-se à cúpula dos governos, seja nacional, estadual ou municipal.
- II. A governabilidade no nível de órgão / entidade pública é decorrente do poder de governar e da legitimidade democrática do Estado-Nação. Apóia-se na imagem institucional favorável junto à sociedade e na confiança depositada pelos cidadãos e outras partes interessadas na sua atuação.
- III. A governança envolve o modo pelo qual o governo se organiza para prestar serviços à sociedade, a forma como realiza a gestão dos recursos públicos, a transparência ou divulgação das informações, o seu relacionamento com a sociedade civil e o modo como constrói os arranjos ou acordos institucionais necessários para a implementação das políticas públicas.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

31. (CESPE/2019) O termo accountability, de acordo com Matias-Pereira (2007), pode ser aceito como “o conjunto de mecanismos e procedimentos que induzem os dirigentes governamentais a prestar contas dos resultados de suas ações.”

A definição de tal conceito está vinculada ao princípio constitucional da administração pública, que é

- a) moralidade.
- b) eficiência.
- c) legalidade.
- d) publicidade.

32. (FGV/2014) A ideia da accountability, cuja aplicabilidade ou tradução a ambientes distintos do contexto anglo-saxão é muitas vezes posta em dúvida, traz em sua compreensão distintas dimensões ou conceitos. Sobre o tema, analise os itens a seguir.

- I- prestação de contas pelo agente público;
- II- transparência das atividades das organizações públicas;
- III- capacidade de estabelecer incentivos financeiros aos gestores públicos.

Está correto SOMENTE o que se encontra em

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

33. (FCC/2012) No processo de gestão do futuro da organização, é o conjunto de esforços ordenados e sistematizados com o objetivo de identificação do conteúdo empresarial existente, organização das informações obtidas, refinamento e agregação de valor ao conteúdo e sua socialização/distribuição pela organização:

- a) Teletrabalho.
- b) Feed-back.
- c) Gestão da qualidade de conteúdo.
- d) Gestão do conhecimento.
- e) Gestão de enfoque.

34. Formulário é o instrumento de base que recebe uma informação para seu armazenamento, recuperação, leitura e interpretação. Dentre os objetivos do formulário podemos afirmar

- I - Proporcionar um fluxo de informações racional, adequado e dinâmico.
- II - Uniformizar procedimentos de registro e manutenção de informações.
- III - Estabelecer padrões para o relacionamento entre os dados existentes e as formas alternativas de sintetização ou consolidação das informações disponíveis.
- IV - Minimizar o nível de repetição das informações.
- V - Facilitar a execução de controles sobre as operações das áreas e da empresa como um todo.

Assinale a alternativa correta.

- a) As proposições II e III estão corretas.
- b) As proposições I, III e V estão corretas.
- c) As proposições II,III e V estão corretas.
- d) As proposições II,III e V estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

35. (CESPE/2018) O método gerencial de tomada de decisão denominado ciclo PDCA — do inglês plan, do, check, act — constitui elemento basilar do sistema de gerenciamento pela qualidade nos processos. De acordo com essa perspectiva, coletar dados e definir metas são atividades a serem realizadas, respectivamente, nas fases de:

- a) planejamento e verificação.
- b) execução e verificação.
- c) planejamento e correção.
- d) execução e planejamento.
- e) verificação e correção.

36. Rose está recebendo inúmeras reclamações em relação aos prazos que dificilmente são cumpridos em sua empresa. Existe uma grande possibilidade de o problema estar relacionado ao curso do processo dentro da empresa. O primeiro passo para identificação desse problema deve ser a utilização:

- a) Do gráfico de Pareto

- b) Do fluxograma
- c) Da matriz GUT
- d) Do diagrama de Causa e Efeito
- e) Do diagrama de Ishikawa

37. Assinale a alternativa que corresponde à definição de Gestão da Qualidade Total:

- a) Ferramenta usada para estratificar os problemas
- b) Método utilizado para a promoção da melhoria contínua
- c) Ferramenta utilizada para elaborar um Plano de Ação
- d) Gerenciamento dos recursos da empresa para atender todos os requisitos das partes interessadas
- e) Utilizado para estabelecer a prioridade de atuação

38 (UFSC, 2019) O processo de construção e implementação de políticas públicas pode ser denominado “ciclo de políticas públicas”. Com base nos conceitos e características inerentes a esse ciclo, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. A formação da agenda é uma de suas etapas, sendo que “agenda” é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes, por exemplo, pela comunidade política, pelo poder público ou pelos meios de comunicação.
- II. A avaliação de políticas públicas é uma de suas etapas, podendo acontecer antes, durante e após a implementação de uma política pública.
- III. A implementação de políticas públicas é uma de suas etapas. O modelo top-down é caracterizado pela maior liberdade de burocratas e redes de atores em auto-organizar e modelar a implementação dessas políticas.

- a) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Todas as afirmativas estão corretas.
- d) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- e) Somente a afirmativa III está correta.

39. (FCC, 2019) O ciclo de desenvolvimento de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. Assim, no que tange especificamente à constituição desse ciclo, é correto afirmar.

- a) A definição de agenda estabelece-se com o suporte de três técnicas - projeções, predições e conjecturas.
- b) O momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas correspondem a fase de formulação de alternativas.
- c) A fase de implementação é aquela em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações.
- d) A avaliação ocorre nos modelos top-down e bottom-up, estando sempre presente no processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública.
- e) O exercício da capacidade da gestão e do controle social sobre seus efeitos, constitui na fase de tomada de decisão.

40. (FUNDATEC, 2018) Considerando os atores protagonistas envolvidos na elaboração de políticas públicas, assinale a alternativa correta sobre abordagem estadocêntrica e abordagem multicêntrica, respectivamente.

- a) Uma não considera políticas públicas aquelas que derivem do Poder Executivo; e a outra considera apenas aquelas surgidas de pautas de movimentos sociais.
- b) Uma considera políticas públicas tudo que emana do poder estatal; e a outra apenas o que emana do poder privado.
- c) Uma considera políticas públicas tudo o que emana do poder estatal; e a outra considera além do poder estatal, também, mas não somente, o poder privado e organizações não governamentais.
- d) Uma considera políticas públicas tudo o que emana das organizações da sociedade civil; e a outra considera apenas o poder estatal.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

41. (FUNDATEC, 2018) Considere a etapa de implementação de uma política pública e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As abordagens top down e bottom-up são totalmente contraditórias.
- b) A implementação compreende a etapa de produção de resultados da política pública.
- c) O modelo de implementação bottom-up tem como principal ator o burocrata.
- d) O modelo top down apresenta um processo de implementação linear.
- e) No modelo bottom-up, o formato da política pública após tomada de decisão não é definitivo e pode ser modificado pelos que a implementam no dia a dia.

42. (ESAF, 2008) Apesar das divergências existentes, os diferentes atores coincidem no conceito geral e nas características essenciais das políticas públicas. De acordo com esse consenso, não é um elemento característico das políticas públicas: a:

- a) um conjunto de medidas concretas, ou seja, ações realizadas por instituições com competência para tal.
- b) decisões ou formas de alocação de recursos.
- c) um ou vários públicos-alvo.
- d) apoio dos agentes públicos e dos atores sociais à concepção que orienta as decisões quanto às prioridades da agenda governamental.
- e) definição obrigatória de metas ou objetivos a serem atingidos, selecionados em função de normas e valores.

43. (CESPE/2015) A gestão social de políticas públicas é o conjunto de processos sociais em que a ação gerencial se desenvolve por meio da interação negociada entre os atores sociais. O processo democrático exige cada vez mais a participação dos vários segmentos da sociedade – governo, iniciativa privada, sociedade civil organizada e a própria população.

Todos os cidadãos têm direitos constitucionais a determinados serviços públicos, principalmente, à saúde, à educação e à promoção social. O Estado pode intervir na sociedade através de diferentes formas ideológicas, incorporando os direitos sociais. A forma que parece mais adequada ao conceito de gestão social é a Universalista, que:

- a) tem como ideologia a regulação do mercado de trabalho, fazendo com que as pessoas se associem a organizações de assistência social, sendo gerida e financiada por capitalistas, protegendo o mercado de trabalho. Além disso, não se circunscreve apenas ao universo dos trabalhadores – empregadores e Estado também participam;
- b) pretende elevar determinados segmentos da população da condição de meros recebedores dos favores do Estado, dando assistência aos mais necessitados;
- c) presta assistência social a todos, independente de seus direitos à proteção, classe social e colocação no mercado de trabalho, pressupondo o fortalecimento dos laços de solidariedade e a participação efetiva não só do Estado, mas também de segmentos organizados da sociedade no financiamento, formulação, implementação e avaliação da política pública;
- d) tem como características ser suprida pelo Estado e, também, por entidades religiosas, obras de caridade e entidades sem fins lucrativos; atingir somente determinados segmentos da população,

mitigando suas necessidades; e ser uma dádiva, uma concessão, uma esmola, já que não há reivindicação; e) assume como premissa que todos os membros da sociedade estão engajados no mercado de trabalho, o que dificulta o seu processo de implementação.

44. (2013) A respeito das Políticas Públicas, é correto afirmar que

- a) geram bens públicos e privados.
- b) são o resultado da atividade política.
- c) não possuem aspecto coercitivo.
- d) leis orgânicas municipais são políticas públicas.
- e) Estados e Municípios priorizam a ocupação do que se convencionou denominar a high politics.

45. (2013) A respeito das políticas públicas e do seu planejamento, é correto afirmar que

- a) uma vez criado, o planejamento torna-se estático, pois as informações iniciais que foram fornecidas partiram de uma dada realidade e nela deve se pautar, permanecer.
- b) o planejamento tende a tornar os objetivos mais abrangentes e gerais, aumentando as conjecturas.
- c) a Constituição Federal é referência legal exclusiva para a elaboração, execução e avaliação das políticas públicas.
- d) no âmbito municipal, o instrumento de planejamento exigido pela Constituição Federal é o Plano Diretor Municipal.
- e) o planejamento, enquanto etapa macro necessária, tem como primeiro passo a avaliação das condições e a dimensão atual do problema a ser enfrentado.

46. (CESPE/2012) Sobre o conceito e as características das políticas públicas, assinale a afirmativa CORRETA.

- a) A política pública é uma área do conhecimento que surgiu na Inglaterra combinando os campos da administração pública e do direito.
- b) Segundo Theodor Lowi, as políticas públicas podem ser: distributivas, regulatórias e transversais.
- c) A perspectiva incrementalista defende que é preciso romper o status quo para avançar na elaboração de políticas públicas.
- d) As instituições são regras formais e informais que moldam o comportamento dos atores e influenciam os resultados das políticas públicas.

47. (CESPE/2012) Em relação ao ciclo de políticas públicas, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A agenda governamental é constituída pelo conjunto de assuntos sobre os quais o governo e as organizações ligadas a ele concentram sua ação em determinado período.
- b) As audiências públicas, os conselhos de políticas públicas e os orçamentos participativos são exemplos de modelos participativos adotados no ciclo de políticas públicas.
- c) A implementação de uma política pública é uma etapa que procede a formulação da política e precede o monitoramento e a avaliação.
- d) Os *stakeholders* são indivíduos ou grupos que têm algum tipo de envolvimento com uma política pública; eles são importantes em todo o ciclo de uma política.

48. (CESPE/2012) Analise as seguintes afirmativas sobre avaliação de políticas públicas e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas.

- () Avaliar a eficiência e a eficácia de uma política pública consiste, respectivamente, em verificar se ela foi executada com economia de recursos e se atingiu os objetivos e metas propostos no prazo estabelecido.
- () Avaliar a efetividade de uma política pública consiste em verificar se ela foi executada de acordo com o cronograma proposto, o orçamento aprovado e as metas estabelecidas.

() Se uma política pública tem como objetivo diminuir os índices de pobreza em uma comunidade e, ao final de sua implementação, os indicadores apontam para manutenção nos patamares de pobreza, pode-se concluir pelo fracasso da política.

() A avaliação de uma política pública é um importante instrumento de controle social porque o Estado, além de agir com lisura, também deve produzir resultados almejados pela sociedade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência de letras CORRETA.

a) (V) (V) (F) (F)

b) (F) (V) (V) (F)

c) (V) (F) (F) (V)

d) (F) (F) (V) (V)

49. (CESPE/2012) Quanto às políticas públicas do Estado brasileiro contemporâneo, é CORRETO afirmar que

a) a nova ordem constitucional expandiu o compromisso do Estado com investimentos voltados para o crescimento econômico, em detrimento das políticas sociais.

b) a Lei Complementar n. 141, de 2012, que regulamenta a Emenda Constitucional n. 29, estabelece que municípios deverão aplicar, no mínimo, quinze por cento do produto da arrecadação de seus impostos e de transferências constitucionais em ações e serviços de saúde.

c) a política educacional é competência concorrente dos três entes federativos, devendo os Estados atuarem prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

d) a política de assistência social compreende as ações do Estado na área de saúde, da educação, da previdência social, do trabalho e da renda.

50.(2015) Sobre conselhos de Políticas Públicas, julgue as alternativas e assinale a INCORRETA:

a) Os conselhos, nos moldes definidos pela Constituição Federal de 1988, são espaços públicos com força legal para atuar nas políticas públicas, na definição de suas prioridades, de seus conteúdos e recursos orçamentários, de segmentos sociais a serem atendidos e na avaliação dos resultados.

b) A composição plural e heterogênea, com representação da sociedade civil e do governo em diferentes formatos, caracteriza os conselhos como instâncias de negociação de conflitos entre diferentes grupos e interesses, portanto, como campo de disputas políticas, de conceitos e processos, de significados e resultantes políticos.

c) Os conselhos são canais importantes de participação coletiva, que possibilitam a criação de uma nova cultura política e novas relações políticas entre governos e cidadãos.

d) Os conselhos representam o esvaziamento das responsabilidades públicas do Estado, de qualificação das instâncias de representação coletivas, de fragmentação do espaço público, de despolitização da política e de processos que fragilizam a capacidade de a sociedade civil exercer pressão direta sobre os rumos da ação estatal.

e) Em termos da tradição política brasileira, os conselhos de políticas públicas são arranjos institucionais inéditos, uma conquista da sociedade civil para imprimir níveis crescentes de democratização às políticas públicas e ao Estado, que em nosso país têm forte trajetória de descentralização e concentração de poder.

51. (ESAF/2012) Nos últimos anos, a produção de políticas públicas por parte de governos tem despertado interesse crescente no Brasil, como desdobramento da consolidação da democracia e da necessidade de maior eficiência e melhores resultados das políticas sociais. São elementos constitutivos desse campo de conhecimento:

a) o eleitorado, os partidos políticos, o sistema eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral

b) as privatizações dos serviços públicos, as agências reguladoras, a parceria público-privada e os investimentos privados

- c) o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União, a Polícia Federal e a Receita Federal
- d) a própria política pública, a política, a sociedade política e as instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas
- e) o sistema tributário nacional, os tributos diretos e indiretos, as transferências constitucionais para estados e municípios e a guerra fiscal

52. (ESAF/2012) Quando é analisado como competidor autorizado pela Constituição de 1988 para os três níveis de governo (União, estados e municípios), pode-se registrar o avanço das políticas públicas no Brasil depende, em boa parte, dos seguintes princípios:

- a) relações intergovernamentais cooperativas e ações descentralizadas entre os entes federados
- b) relações intergovernamentais cooperativas e ações coordenadas entre os entes federados
- c) relações intergovernamentais cooperativas e ações coordenadas pelo governo federal
- d) relações intergovernamentais competitivas e ações coordenadas pelo governo federal
- e) relações intergovernamentais competitivas e ações coordenadas pelos Governos Estaduais

53. (FGV/2015) Os modelos de elaboração de políticas públicas que aspiram a generalidade desconsiderada ou fato de que diferentes ambientes sociais, que configuram uma situação em que é feita uma escolha de política, aparentemente levam os tomadores de decisão a fazer várias opções distintas. Este modo, para que haja um modelo teórico adequado, deve levar em conta que:

- a) não existe diferença entre a busca de um modelo para países desenvolvidos e países em desenvolvimento.
- b) o analista deve vincular-se com rigidez a um modelo em particular, não devendo, exibir, ter que observar os aspectos do ambiente em estudo.
- c) nem sempre há necessidade de identificar e estruturar os aspectos da política a ser analisada.
- d) esse modelo deve estar vinculado a metas fixadas e como produto da participação das massas.
- e) na elaboração de políticas, como percepções e os interesses dos atores individuais presentes em todos os atores.

54. (2013) Sobre as políticas públicas, é correto afirmar que:

- a) guarde uma relação profunda com o mandato eletivo, pode ser concedido por vários mandatos, um fim de garantir a transparência nas ações dos agentes públicos em cargas comissionadas.
- b) podem ser entendidos como conjunto de planos e programas de ação governamental estrategicamente tomados, voltados para influenciar a vida de um conjunto de cidadãos, por meio dos quais são traçados como metas, principalmente para os direitos fundamentais.
- c) são instrumentos de democratização e orientação da política orçamentária governamental; através da participação direta da sociedade civil, contribuição na definição das políticas públicas;
- d) são um conjunto de normas voltadas para a defesa dos direitos da sociedade, aplicáveis assim como os servidores com carga eletiva atendam aos princípios básicos previstos na Constituição Federal
- e) designar uma ação do governo eleito na administração e condução de atos públicos públicos, de maneira que as necessidades da sociedade sejam atendidas.

55. (ESAF/2012) Sobre redes de políticas públicas, NÃO é correto afirmar que:

- a) surgem no âmbito da reforma gerencial do Estado, quando ele procura implementar inovações na administração pública pública que promove a eficiência e eficiência das ações aplicadas.
- b) são sujeitos a efeitos causados pela assimetria informacional entre seus membros.
- c) exigir uma estrutura de coordenação e prestação de contas que leve em consideração como interdependências existentes.
- d) possui estruturas polimórficas, que podem ser representadas por um conjunto de nós e vínculos que mostram, entre outros aspectos, uma possível presença de capital social nas exportações.
- e) são instrumentos analíticos fundamentais para caracterizar como relações intergovernamentais nas políticas sociais brasileiras.

56. (ESAF/2012) Entre como permitido no âmbito das políticas públicas que são adotadas pelos governos para compensar falhas no mercado, podemos citar as seguintes:

1. Ações voltadas para compensação ou nível limitado de competição em decorrência dos efeitos causados pela variação de escala;
2. Mecanismos voltados para incentivar a revelação sincera das aplicações em relação à provisão de bens públicos;
3. Incentivos para que os indivíduos invistam menos em bens considerados custos públicos e privados;
4. Estimula à seleção adversa em contextos de competição perfeita.

É correto ou não se afirma em

- a) 1, 2, 3, 4.
- b) 1, 4.
- c) 1, 2.
- d) 2, 3.
- e) 3, 4.

57. (2014) O conceito de política pública e seus diversos significados seguem uma classificação tradicional, que divide nos ciclos essa atividade estatística e seu processo. Uma perspectiva "de cima para baixo" tem suas raízes no modelo de problemas, que devem ser claramente distintas.

Um desses estágios é a implementação da política pública, que pode ser definida como:

- a) o processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para uma ação pública;
- b) o processo de execução e efetivação, que pressiona um ato anterior e direcionado à consecução de objetivos;
- c) uma determinação do caminho definitivo para a solução de um problema que se originou;
- d) uma discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível;
- e) conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública.

58. (2006) Enrique Saravia (2006) entende que as etapas normalmente são aplicadas em matéria de política pública - aplicação, implementação e avaliação - exigem um certo grau de aplicação na América Latina. À luz dessa observação, o autor afirma que é possível verificar várias etapas no processo de política pública. Para respeitar essas etapas, marque uma alternativa INCORRETA.

- a) O primeiro momento é o de criação, que consiste na identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade, uma determinação das alternativas alternativas para sua solução ou satisfação, uma avaliação de custos e efeitos de cada uma delas e o método de uso .
- b) A aplicação de uma política pública inclui a seleção e o uso alternativo considerado mais conveniente, seguida de declaração explícita e decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro.
- c) A implementação é planejada pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos utilizados para executar uma política.
- d) A execução é o conjunto de ações destinadas a atingir os objetivos estabelecidos pela política. É por prática política, é a sua realização.
- e) A avaliação é uma etapa que consiste na mensuração e análise, a posteriori , dos efeitos aplicados na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito ao respeito às realizações gravadas e às conseqüências aplicadas e não utilizadas.

59. (2008) Sobre os atores envolvidos nas políticas públicas, assinale o único enunciado incorreto

- a) Atores são exclusivos que possuem algum tipo de interesse no jogo em uma política pública e se aplicam a sua inserção institucional, seus recursos de poder e suas expectativas quanto aos efeitos das decisões sobre tais interesses.
- b) Os atores visíveis não definem uma agenda de políticas, enquanto os atores invisíveis têm maior poder de influência na escolha de alternativas de resolução de problemas.
- c) São atores invisíveis que, embora não fiquem no centro das ações da sociedade, são dotados de alto poder de influência como políticas públicas devido à sua posição econômica, como fi nancistas, banqueiros, empreiteiros.
- d) Também são atores invisíveis como comunidades de especialistas que agem de forma relativamente coordenada: acadêmicos, consultores, avaliadores e funcionários legislativos, burocratas de carreira e analistas ligados a grupos de interesses.
- e) Os empresários políticos são atores de origem diversa, que investem recursos para promover políticas que podem ser favorecidos, por exemplo: políticos ou sem mandato, burocratas de carreira, lobistas, jornalistas, acadêmicos.

60. (CESPE, 2008) respeito da avaliação de programas e projetos governamentais, é correto afirmar que:

- a) a avaliação de resultados, de natureza ex-ante, visa aferir a efetividade do programa ou projeto avaliado.
- b) a avaliação da efetividade de um programa ou projeto visa aferir se as realizações ocorreram dentro do orçamento previsto e a custos compatíveis, enquanto a avaliação de eficiência visa aferir os impactos da ação do programa ou projeto sobre o seu público-alvo ou beneficiários.
- c) a avaliação ex-ante busca aferir os eventos já ocorridos e toma r decisões baseadas nestas informações, enquanto a avaliação ex-post visa orientar o planejamento do programa ou projeto objeto da avaliação, de forma a antecipar restrições e respectivas providências a serem tomadas.
- d) a avaliação de resultado ou de impacto busca averiguar, fundamentalmente, o desempenho orçamentário/financeiro do programa ou projeto avaliado.
- e) a avaliação de efetividade baseia-se fundamentalmente na verificação da evolução dos indicadores do programa ou projeto, enquanto a avaliação de eficácia baseia-se fundamentalmente na verificação da evolução das metasfísicas do programa ou projeto avaliado.

61. (FCC, 2015) Os processos de avaliação e monitoramento fazem parte do planejamento e administração estatal como forma de medir os impactos das políticas públicas setoriais adotadas. Os resultados apresentados têm demonstrado lacunas tanto conceituais quanto técnicas. Acerca desse assunto, considere:

- I. O monitoramento é uma atividade interna, realizada sistematicamente durante a execução e operação do programa/projeto para identificar como a intervenção evoluiu durante o tempo.
- II. O monitoramento é um instrumento aplicado por equipe externa com finalidade de mensurar os impactos da intervenção durante período determinado.
- III. A avaliação corresponde a um processo que pode ser realizado antes, durante e depois da intervenção e depende de informações do processo de monitoramento para definir a eficácia, eficiência e efetividade dos programas/projetos.
- IV. A avaliação deve ser realizada por equipe mista ? interna e externa ? por questões de confiabilidade dos dados.
- V. Ambos os instrumentos de monitoramento e avaliação têm a mesma finalidade no planejamento e administração estatal.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) V.
- c) II e IV.

d) II, III e V.

e) I e IV.

62. (FGV, 2015) O processo de planejamento e formulação de políticas públicas pode ser melhor compreendido pelo modelo do ciclo de políticas públicas e suas diferentes etapas. No ciclo de políticas públicas, a melhor explicação para sua primeira etapa é aquela na qual:

- a) o problema emerge, é representado, definido e tenta-se identificar suas possíveis causas;
- b) a alternativa é definida, pois os principais atores do sistema político-administrativo buscaram soluções para o problema;
- c) o plano estratégico é definido para delinear os cursos de ação, recursos e competências necessários;
- d) o arcabouço legal de suporte é apresentado e aprovado em um processo que envolve o legislativo;
- e) o objetivo é verificar as consequências ou os efeitos da política pública implementada

63. (CESPE, 2020) Julgue os itens a seguir, a respeito da tipologia da avaliação de políticas públicas.

I Avaliação ex post é uma avaliação concebida e realizada em conjunto com a fase de planejamento e com o processo de implementação, sendo efetivada quando a política, o programa ou o projeto se encontram em fase inicial.

II Avaliação jurídica consiste no exame da conformidade dos atos do gestor com a lei ao conduzir a política pública, o programa ou o projeto.

III Avaliação de resultados tem por objeto os resultados, também chamados de outputs, que representam bens ou serviços de um programa ou projeto necessários para que seus objetivos finais sejam alcançados.

IV Avaliação de conteúdo — tipo de avaliação com foco nos resultados e impactos — destina-se a informar os gestores para que estes decidam se a política ou o programa devem continuar, ser interrompidos ou ser alterados.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

64. (CESPE, 2020) A preparação para se colocar em prática as políticas públicas é conhecida por implementação. Nessa etapa, são realizados o planejamento e a organização dos elementos necessários para sua execução. Para que essa fase seja bem-sucedida, é importante que algumas pré-condições estejam presentes. Assinale a afirmativa que NÃO pode ser considerada uma pré-condição.

- a) As circunstâncias externas não devem impor restrições que desvirtuem sua implementação.
- b) A relação entre causa e efeito deve ser indireta, e, se houver fatores intervenientes, estes devem ser mínimos.
- c) As tarefas a serem realizadas por cada participante devem ser especificadas, com detalhes completos e sequências perfeitas.
- d) Os atores que exercem posições de comando devem ser capazes de obter efetiva obediência dos comandados.
- e) O programa deve dispor de tempo e recursos suficientes.

65. (AOCP, 2019) O ciclo de políticas públicas compreende identificação do problema,

formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. No que concerne às fases do ciclo de políticas públicas, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes. Ela pode tomar forma de um programa de governo, um planejamento orçamentário, etc.
- b) A formulação de alternativas se desenvolve por meio de escrutínios formais ou informais das consequências do problema e dos potenciais custos e benefícios de cada alternativa disponível.
- c) A fase de implementação sucede à formulação de alternativas e antecede os primeiros esforços avaliativos. É aquela em que regras, rotinas e processos sociais são constituídos.
- d) A tomada de decisão representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas.
- e) A avaliação da política pública é o processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática.

66. (FGV/2018) Conforme a tipologia de políticas públicas, apresentada no modelo de Lowi, assinale a opção que indica um exemplo de Política pública redistributiva..

- a) Política de emergência para vítimas de enchente.
- b) Campanha de vacinação contra febre amarela.
- c) Programa de reforma agrária.
- d) Elaboração do código do consumidor.
- e) Distribuição de cestas básicas

67. (FMP/2015) No Brasil, há alguns anos, políticas públicas estabeleceram cotas, não apenas, mas também, raciais para o ingresso em universidades públicas. Muitos argumentos a favor e contra são apresentados em debates a respeito da legalidade e da justiça de tal política de cotas. Independentemente de a política de cotas para o ingresso em universidades públicas brasileiras ser louvável ou não, o que está por trás dessa discussão é o reconhecimento, ou não, da necessidade de se implementarem ações afirmativas com vista a proteger grupos considerados vulneráveis. É correto afirmar a respeito das ações afirmativas:

- a) Compensação por erros do passado e promoção da diversidade são argumentos favoráveis a políticas públicas que se constituem em ações afirmativas
- b) Um utilitarista clássico avaliaria ações afirmativas perguntando se elas contribuiriam para o incremento de benefícios individuais e sociais, em comparação com eventuais prejuízos que podem decorrer da implantação de tais políticas
- c) Seguindo o pensamento teleológico de Aristóteles, poder-se-ia perguntar a respeito da função das instituições que seriam utilizadas para a promoção de ações afirmativas, com vista a determinar se tais políticas deveriam ser implantadas ou não.
- d) As ações afirmativas são uma forma de discriminação que se justifica do ponto de vista moral, porque visam a elevar o status moral de grupos vulneráveis.
- e) Todas as afirmações anteriores estão corretas.

68. (ESAF/2012) Com relação à temática Estado brasileiro e Proteção Social, julgue as proposições a seguir e assinale a opção incorreta.

- a) A atuação social do Estado teve origem no aparecimento das classes operárias urbanas e no esforço de dar resposta aos conflitos que marcaram as relações entre capital e trabalho num contexto de crescente industrialização
- b) A questão social foi o termo usado para designar, no Brasil, durante as quatro primeiras décadas do século XX, os problemas colocados, no cenário social e político, pela classe trabalhadora

- c) A consolidação da ação social do Estado, realizada na década de 1930, caracterizou-se pela constituição de caixas de seguro social, organizadas por setor econômico, financiadas e geridas por empregados, empregadores e pelo Estado, as quais visavam proteger os trabalhadores e seus familiares de certos riscos coletivos.
- d) A história da intervenção social em prol dos "pobres" teve início em ações e instituições estatais.
- e) A década de 1930 assiste à criação da Legião Brasileira da Assistência (LBA) e do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS).

69. (ESAF/2012) Em relação ao Sistema de Políticas Sociais no Brasil é incorreto afirmar:

- a) A fraca incapacidade de incorporação social deixou a margem os trabalhadores rurais e pobres trabalhadores urbanos.
- b) Os programas, mesmo os mais abrangentes, pouco contribuíram para a redução das acentuadas desigualdades sociais.
- c) A presença, no núcleo do sistema, de transferência monetária e de prestação de serviços básicos, combinação típica dos modernos sistemas de proteção social nas sociedades urbano-industriais.
- d) Os anos 1980 significaram, para um conjunto de políticas sociais como as da Saúde e da Assistência Social, um período de ampla reformulação com impactos importantes na própria organização do Sistema Brasileiro de Proteção Social.
- e) As políticas sociais estatais eram pautadas pela focalização do atendimento às populações mais vulneráveis.

70. (CESPE/2016) No contexto de políticas públicas do Estado brasileiro, o conjunto de práticas que visam demolir barreiras sociais, culturais, econômicas e políticas que impliquem em exclusão ou desigualdade corresponde a:

- a) descentralização.
- b) democracia.
- c) gestão local.
- d) cidadania.
- e) equidade social.

71. Entre os princípios e as diretrizes gerais do governo eletrônico no âmbito do governo Federal incluem-se

- a) a promoção da cidadania, uma maior transparência dos atos governamentais e a ausência de intercâmbio com outros níveis de governo e outros poderes.
- b) a racionalização no uso de recursos, a gestão do conhecimento e a desconsideração do legado de sistemas existentes.
- c) o estímulo à inclusão digital, a promoção da utilização de software livre e a interoperabilidade.
- d) o compartilhamento de conhecimentos estratégicos e o arcabouço integrado de políticas, sistemas, padrões e normas, bem como a unificação tecnológica de sistemas e software de um único fornecedor.

72. Um cidadão, pretendendo verificar os gastos com prestação de serviços de determinada secretaria de estado, tem o seu pedido de acesso aos processos administrativos que cuidam dessas contratações indeferido. Considerando as disposições constantes da Lei no 12.527/11, é correto afirmar que, nesse caso:

- a) não há previsão de recurso, devendo o cidadão se socorrer do Poder Judiciário para garantir o seu direito de acesso às informações pretendidas.
- b) o cidadão poderá interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.
- c) o cidadão deverá recorrer à Ouvidoria Geral do Estado, que deliberará sobre o recurso apresentado no prazo de 5 (cinco) dias.
- d) não há previsão de recurso, devendo o cidadão apresentar novo pedido de acesso à informação dirigido ao Secretário de Estado.
- e) o cidadão poderá interpor recurso dirigido à autoridade que exarou a decisão impugnada, que deverá

se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.

73 (CESPE) A respeito Administração pública julgue os itens abaixo. (V) para verdadeiro e (F) para falso.

- () A atuação de um gestor público que desenvolva atividades na função de direção restringe-se ao nível hierárquico mais alto da organização.
- () A atuação de um gestor público que desenvolva atividades na função de direção restringe-se ao nível hierárquico mais alto da organização.
- () Os administradores que atuam de acordo com a teoria X dos estilos de direção tendem a dirigir e controlar os subordinados de maneira rígida e intensiva, fiscalizando constantemente seu trabalho.
- () Ao assumir a gerência de qualidade de uma organização, Maria pretende criar uma auditoria de processos gerenciais, que avaliará a conformidade das atividades desenvolvidas pelos diversos setores componentes da organização. Para compor sua equipe, Maria decidiu recrutar pessoalmente cada colaborador, por meio de seleção externa, pois acredita que, de modo geral, as pessoas não são responsáveis e não gostam de trabalhar. Visando atrair colaboradores para o cargo, ela oferecerá as melhores gratificações financeiras da organização. Os futuros auditores de processos terão uma rotina muito bem delineada e serão avaliados semestralmente pelas chefias imediatas. Os aspectos da avaliação julgados deficientes serão objeto de capacitações. Com referência a essa situação hipotética e ao tema por ela evocado, julgue os próximos itens. Maria, em termos de liderança, se pauta na teoria X de McGregor.
- () Na atualidade, inexistente situação que comporte a aplicação da liderança autocrática no âmbito de uma organização, pois essa é uma teoria sem aplicabilidade prática.
- () Os subordinados de uma equipe cujo líder adote uma liderança no estilo X,
- () Em organizações formais contemporâneas, os dirigentes ocupam posição em uma hierarquia regida por normas impessoais. A autoridade formal concedida a esses dirigentes não garante a liderança e a condução de pessoas
- () A realização de descentralização é mais recomendada em situações de certeza e estabilidade do que em momentos de incerteza e instabilidade.
- () A elaboração de indicadores de acompanhamento de desempenho organizacional é uma das atividades desenvolvidas pela função planejamento, sendo utilizada pela função controle da administração.
- () Uma das finalidades do processo de controle é gerar elementos para dar retorno aos integrantes da equipe. Esse retorno pode ser considerado o processo de avaliar, informar ou corrigir o desempenho humano.
- () O êxito de uma organização depende, em grande parte, do poder de controle exercido sobre os seus colaboradores. Como a maioria deles interioriza suas obrigações e cumpre voluntariamente seus compromissos, o controle é facilmente mantido nas organizações em geral.
- () O controle de um processo de trabalho implica, obrigatoriamente, definir padrões a serem executados, a fim de que se atinjam as metas estabelecidas.
- () O controle organizacional é o processo sistemático pelo qual os chefes ou gestores regulam as atividades organizacionais para torná-las consistentes com as expectativas estabelecidas nos planos, metas e padrões de desempenho.
- () A distribuição do trabalho entre os departamentos faz parte do processo de controle.
- () A definição de novas formas de controle resulta do processo de planejamento.

74. (CESPE) Sobre política pública julgue os itens abaixo:

- () A avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, indicadores e padrões.
- () Quanto aos seus impactos sobre as relações sociais, como as políticas públicas podem ser classificadas como distribuidoras, redistributivas ou regulatórias.

- () A abordagem do planejamento das políticas públicas sob uma perspectiva neoliberal considera o respeito ao homem como indivíduo que possui gostos e opiniões supremos da esfera do individualismo.
- () termo público, associado à política, não se refere exclusivamente à ação do Estado, mas, sim, à coisa pública, ou seja, àquilo que é de todos.
- () Avaliações ex-ante, como o nome diz, são as que antecedem a implementação de uma política. Frequentemente fazem parte de diagnósticos que podem ou não dar origem, na sequência, a políticas públicas.
- () Política pública significa ação coletiva cuja função é concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos nas leis.
- () Todos os problemas sociais relevantes fazem parte da agenda de políticas públicas.
- () Os direitos declarados e garantidos nas leis são operacionalizados por políticas públicas, mediante programas, projetos e serviços.
- () As instituições e órgãos do governo são os grandes responsáveis pela elaboração de políticas públicas, pois é nelas que acontece o processo decisório, e são elas os principais agentes responsáveis pela implementação e, geralmente, pela avaliação dos resultados.
- () Avaliações ex-post são fundamentais para a introdução da correção de rumos no decorrer do processo de implementação de políticas públicas. Elas ajudam a fazer a coisa certa e são feitas, por assim dizer, em tempo real.
- () Indicadores são instrumentos que permitem acompanhar a execução de um plano, programa ou projeto ao longo do tempo, fornecendo insumos importantes para a gestão.
- () Na avaliação de uma política pública não se pode utilizar métodos qualitativos, uma vez que eles não permitem a mensuração de impactos.
- () Na avaliação de políticas e programas sociais, a partir da década passada, procurou-se superar o uso de métodos econométricos, originários de estudos econômicos.
- () Uma agenda é uma lista de questões ou problemas considerados de interesse público que demandam soluções.
- () A formulação de políticas públicas envolve o desenvolvimento de alternativas para tratar de eventuais problemas na agenda do governo
- () Na fase de implementação das políticas públicas, regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações.
- () A avaliação formativa afere os resultados obtidos pelo conjunto das ações desenvolvidas no âmbito de determinado programa.
- () Por ser uma etapa final do ciclo da política pública, a avaliação de programas tem por objetivo último a melhoria social.



Referências

- ÄCHTOLD, Ciro. **Noções de administração pública**. Cuiabá: EdUFMT; Curitiba: UFPR, 2008.
- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.
- ALKMIM, Marcelo. **Curso de direito constitucional**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.
- ALMEIDA, M.; GALLI, R. A. **Ética e Responsabilidade social**. São Paulo: Editora UniSEB, 2014.
- AMATO, Pedro Muñoz. **Introdução à teoria geral de administração pública**. Rio de Janeiro: FGV, 1971. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11918/23-2ed_000052360.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 mar. 2020.
- BÄCHTOLD, Ciro. **Noções de administração pública**. Cuiabá: EdUFMT; Curitiba: UFPR, 2008.
- BATEMAN, T. S., SNELL, S.A. **Administração: Construindo vantagem Competitiva**. São Paulo: Atlas, 1998.
- BITENCOURT, Jaqueline. Administração pública e suas formas de gerenciar. In: KARKOTLI, Gilson (Org.). **Administração pública**. Curitiba: Camões, 2008. p.109-116.
- BRANCATO, Ricardo Teixeira. **Instituições de direito público e de direito privado**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002
- BUSARELLO, Maiara; CRUZ, Orlandina Gonçalves da. **Administração pública**. Indaial : Uniasselvi, 2014. Disponível em: <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=2467>. Acesso em: 20 out. 2022.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Fundamento de Administração**. Rio de Janeiro: Campus, 2016.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CUNHA, Carla G.S. da. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Secretaria de Coordenação e Planejamento/RS, 2006.
- DENHARDT, R. B.; CATLAW, T. J. **Teorias da administração pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2017, 2008.
- DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo:

Atlas, 2012 Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>

DINIZ, Eli. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 385-415. 1995.

GELINSKI, Carmen Rosário Ortiz G.; SEIBEI, Erni José. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 42, n. 1-2, p. 227-240, abr./out. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267950523_Formulacao_de_politicas_publicas_questoes_metodologicas_relevantes. Acesso em: 31 mar. 2020.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2005.

KWASNICKA, Eunice Lacava. **Introdução à administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Luciana Leite. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/214553/001068171.pdf?sequence=1>. Acesso em: out. 2022.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS Ricardo Wahrendorff. **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

LOPEZ, Felix; BORGES, Jaqueline; SILVA, Noelle. **Quem decide?** Formação da agenda e formulação de políticas no executivo federal. Brasília: IPEA, 2018. (Texto para discussão, 2400). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_p2400.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

MANTOVANELI Junior, Oklinger. **Políticas públicas no Século XXI: a perspectiva da gestão multicêntrica**. Blumenau: Edifurb, 2006.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MCGEE, James; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento Estratégico da Informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como ferramenta estratégica**. 12. ed. Rio de Janeiro: Campos, 1994.

MEIRELES, Manuel. **Teorias da administração: clássicas e modernas**. São Paulo: Futura, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 37. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

MENDES, G. F.; CARNEIRO, R. A. **Gestão pública e direito municipal: tendências e desafios**. São Paulo: Saraiva, 2016.

MENDES, G.; PAIVA, P. (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil: uma abordagem institucional**. São Paulo: Saraiva, 2017.

MERIGO, Janice; ANDRADE, Marlene Muniz de. **Questões iniciais para a discussão do monitoramento e avaliação das políticas públicas**. 2012.

- MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional administrativo**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão pública**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- PAIVA, Geraldo Vilhena de Almeida. **Planejamento: enfoque técnico e social**. São José dos Campos: Univap, 1999.
- PALUDO, Augustinho. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- PEDONE, Luiz. **Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas**. Brasília: FUNCEP, 1986.
- PIERITZ, Vera Lúcia Hoffmann. **Planejamento em processos e projetos sociais**. Indaial: Grupo UNIASSELVI, 2010.
- PROCOPIUCK, M. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária**. São Paulo: Atlas, 2013.
- PROCOPIUCK, M. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. SP: C. Learning, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>
- QUEIROZ, Roosevelt. **Formação e Gestão de Políticas Públicas**. Curitiba: Ibpex, 2009
- RAITER, Joel Ricardo; DALLABONA, Sandra Helena. **Gestão de políticas públicas**. Indaial : UNIASSELVI, 2015. Disponível em: <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=20515>. Acesso em: 20 out. 2022.
- REBOUÇAS, Fernando. **Política monetária**. São Paulo: Atlas, 2008.
- ROSSÉS, Gustavo Fontinelli. **Introdução à administração**. Santa Maria: Rede e-Tec Brasil, 2014.
- ROSSETTI, José Paschoal; ANDRADE, Adriana. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014
- SARAVIA, Enrique Jeronimo. Administração Pública e Administração de Empresas: Quem Inspira a Quem?. **Revista ADM.MADE**, Rio de Janeiro, v.14, n. 3, p. 1-8, 2010. Disponível em: . Acesso em: 17 out. 2013.
- SCHOMMER, P. C.; ROCHA, A. G. P.; FISCHER, T. Cidadania Empresarial no Brasil: Três organizações baianas entre o mercado e o terceiro setor. In: XXIII ENCONTRO NACIONAL, 1999, Foz do Iguaçu/PR. **Anais...** Foz do Iguaçu: Associação nacional dos programas de pós-graduação em Administração (ANPAD), 1999.
- SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. SP: C. Learning, 2016.
- SECCHI, L.; COELHO, F.; PIRES, V. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2019. Disponível em: <https://minhabiblioteca.com.br>

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Christine Oliveira Peter da.. A reforma administrativa e a emenda nº 19/98: Uma análise panorâmica. **Revista Jurídica Virtual** , Brasília, v.1, n.1, maio 1999.

SILVA, José Irivaldo Alves Oliveira: **Formulação de políticas públicas.** Florianópolis: UFSC, 2014.

SILVA, Reinaldo O. **Teorias da Administração.** São Paulo: Pearson, 2008.

SOUZA, celina. Políticas publicas: uma revisão da literatura, **Sociologia**, porto alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez, 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWYBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2020.

SROUR, R. H. **Ética empresarial.** Rio de Janeiro: Campus, 1998

SROUR, Robert Henry. **Poder, cultura e etica nas organizações.** Rio de Jnaeiro: campus, 1998

STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração.** 5 ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999

TINOCO, Dinah dos Santos et al. **Ação pública, organizações e políticas públicas.** Natal: UFRN, 2007.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **Ética.** 28 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

YOUNG, R. **Gestão da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável.**
<http://www.uniethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3888&Alias=uniethos&Lang=ptBR>.
Acesso em: 29 dez. 2004.



Resposta do Exercício de Fixação

1. a) 2, 3, I.
2. c) eficiência, eficácia e efetividade - meio - fins.
3. a) Centralização de funções.
4. d) Se a primeira afirmação é falsa e a segunda é verdadeira.
5. d) relação de coesão ou de antagonismo.
6. a) descentralização dos processos decisórios, formas flexíveis de gestão, remuneração por
- 7.a) Os modelos, em seu desenvolvimento, culminam no gerencial, sem que suas formas
8. b) II e IV.
9. a) I e II.
10. a) utilização de critérios eminentemente políticos para contratação e promoção de
11. e) I-1, II-3, III-2.
12. d) legitimidade;
13. a) accountability;
14. e) I e II
- 15.e) I.
16. b) I e II.
17. c) V, V e V.
18. d) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- 19 e) V, V e V.
- 20 a) Apenas I.
21. c) caracteriza-se pela centralização política e administrativa e pela instituição de
- 22 b) a estratégia volta-se para a definição precisa dos objetivos que o administrador público
23. a) Um sistema universal de remuneração, de carreiras formalmente estruturadas e de
24. c) Na Administração Pública Gerencial a estratégia volta-se para a definição precisa dos
25. a serem alcançados, com explicitação mais clara de aportes para sua realização e
26. c) transparência
27. b) equidade
- 28.c) Condições sistêmicas mais gerais sob as quais se dá o exercício do poder numa dada
29. a) Accountability.
- 30.d) I, II e III.
31. d) publicidade.
- 32.b) I e II
- 33.d) Gestão do conhecimento.
- 34.e) Todas as proposições estão corretas.
- 35.d) execução e planejamento.
36. b) Do fluxograma
37. d) Gerenciamento dos recursos da empresa para atender todos os requisitos das partes
- 38 d) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
39. c) A fase de implementação é aquela em que regras, rotinas e processos sociais são
40. c) Uma considera políticas públicas tudo o que emana do poder estatal; e a outra
41. contraditórias.
42. d) apoio dos agentes públicos e dos atores sociais à concepção que orienta as decisões
43. (c) presta assistência social a todos, independente de seus direitos à proteção, classe
44. b) são o resultado da atividade política.

45. d) no âmbito municipal, o instrumento de planejamento exigido pela Constituição
46. d) As instituições são regras formais e informais que moldam o comportamento dos atores e influenciam os resultados das políticas públicas.
47. c) A implementação de uma política pública é uma etapa que precede a formulação da
48. c) (V) (F) (F) (V)
49. b) a Lei Complementar n. 141, de 2012, que regulamenta a Emenda Constitucional n.
50. d) Os conselhos representam o esvaziamento das responsabilidades públicas do Estado,
51. d) a própria política pública, a política, a sociedade política e as instituições responsáveis
52. b) relações intergovernamentais cooperativas e ações coordenadas entre os entes
53. b) o analista deve vincular-se com rigidez a um modelo em particular, não devendo,
54. b) podem ser entendidos como conjunto de planos e programas de ação governamental
55. a) surgem no âmbito da reforma gerencial do Estado, quando ele procura implementar
56. c) I, 2.
57. b) o processo de execução e efetivação, que pressiona um ato anterior e direcionado à
58. a) O primeiro momento é o de criação, que consiste na identificação e delimitação de
59. c) São atores invisíveis que, embora não fiquem no centro das ações da sociedade, são
60. e) a avaliação de efetividade baseia-se fundamentalmente na verificação da evolução dos
61. a) I e III.
62. a) o problema emerge, é representado, definido e tenta-se identificar suas possíveis
63. e) II, III e IV.
64. b) A relação entre causa e efeito deve ser indireta, e, se houver fatores intervenientes,
65. c) A fase de implementação sucede à formulação de alternativas e antecede os primeiros
66. c) Programa de reforma agrária.
67. e) Todas as afirmações anteriores estão corretas.
68. d) A história da intervenção social em prol dos "pobres" teve início em ações e
69. e) As políticas sociais estatais eram pautadas pela focalização do atendimento às
70. e) equidade social.
71. c) o estímulo à inclusão digital, a promoção da utilização de software livre e a
72. b) o cidadão poderá interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar
73. (CESPE) A respeito Administração pública julgue os itens abaixo. (V) para verdadeiro e (F) para falso.
- (F) A atuação de um gestor público que desenvolva atividades na função de direção
- (F) A atuação de um gestor público que desenvolva atividades na função de direção
- (V) Os administradores que atuam de acordo com a teoria X dos estilos de direção tendem
- (V) Ao assumir a gerência de qualidade de uma organização, Maria pretende criar uma
- (F) Na atualidade, inexistente situação que comporte a aplicação da liderança autocrática no
- (V) Os subordinados de uma equipe cujo líder adote uma liderança no estilo X,
- (V) Em organizações formais contemporâneas, os dirigentes ocupam posição em uma
- (V) A realização de descentralização é mais recomendada em situações de certeza e
- (V) A elaboração de indicadores de acompanhamento de desempenho organizacional é uma
- (V) Uma das finalidades do processo de controle é gerar elementos para dar retorno aos
- (F) O êxito de uma organização depende, em grande parte, do poder de controle exercido
- (V) O controle de um processo de trabalho implica, obrigatoriamente, definir padrões a
- (V) O controle organizacional é o processo sistemático pelo qual os chefes ou gestores
- (F) A distribuição do trabalho entre os departamentos faz parte do processo de controle.

(V) A definição de novas formas de controle resulta do processo de planejamento.

74 (CESPE) Sobre política pública julgue os itens abaixo:

- (V) A avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, indicadores e**
- (V) Quanto aos seus impactos sobre as relações sociais, como as políticas públicas podem**
- (V) A abordagem do planejamento das políticas públicas sob uma perspectiva neoliberal**
- (V) termo público, associado à política, não se refere exclusivamente à ação do Estado, mas,**
- (V) Avaliações ex-ante, como o nome diz, são as que antecedem a implementação de uma**
- (V) Política pública significa ação coletiva cuja função é concretizar direitos sociais**
- (F) Todos os problemas sociais relevantes fazem parte da agenda de políticas públicas.**
- (V) Os direitos declarados e garantidos nas leis são operacionalizados por políticas públicas,**
- (V) As instituições e órgãos do governo são os grandes responsáveis pela elaboração de**
- (F) Avaliações ex-post são fundamentais para a introdução da correção de rumos no**
- (V) Indicadores são instrumentos que permitem acompanhar a execução de um plano,**
- (F) Na avaliação de uma política pública não se pode utilizar métodos qualitativos, uma vez**
- (V) Na avaliação de políticas e programas sociais, a partir da década passada, procurou-se**
- (V) Uma agenda é uma lista de questões ou problemas considerados de interesse público**
- (V) A formulação de políticas públicas envolve o desenvolvimento de alternativas para**
- (V) Na fase de implementação das políticas públicas, regras, rotinas e processos sociais são**
- (F) A avaliação formativa afere os resultados obtidos pelo conjunto das ações desenvolvidas**
- (F) Por ser uma etapa final do ciclo da política pública, a avaliação de programas tem por objetivo último a melhoria social.**